



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PLANOS DE SAÚDE		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 2059/03	DATA: 25/11/03
INÍCIO: 15h09min	TÉRMINO: 17h27min	DURAÇÃO: 02h18min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h17min	PÁGINAS: 59	QUARTOS: 28

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Discussão e votação do Relatório final da CPI.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.  
Há intervenções inaudíveis.  
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, boa-tarde a todos os que acompanham esta reunião da nossa CPI, que tem como objetivo a votação do Relatório final. Os cumprimentos a todos os representantes do setor que aqui estão, os usuários, prestadores de serviço das empresas de planos de saúde, os jornalistas, as jornalistas, cumprimentar os nossos servidores públicos da Câmara Federal, que tanto atuaram nesta CPI. Dizer que abrimos aqui com uma ponta de alegria e emoção esta que será a nossa última sessão da CPI. E dentro de poucos instantes nós vamos estar fornecendo o endereço onde vamos nos encontrar para o jantar comemorativo de logo mais à noite. Já digo isso independentemente dos bons debates democráticos que vamos fazer aqui nos próximos minutos e horas até a votação do relatório. Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos. Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da ata da sessão anterior realizada dia 19.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, Sr. Presidente, peço a V.Exa. a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana)- Dispensada a leitura da ata da reunião anterior por solicitação da Deputada Laura Carneiro. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. Os que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*) Aprovada. Discussão e votação do relatório da CPI. Dando, então, continuidade, antes do encerramento da nossa discussão, passo a palavra, por no máximo 15 minutos, ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, o último inscrito, salvo a questão dos minutos que combinamos com o Deputado Pinotti.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pois não, Deputado Pinotti.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Seria possível distribuir, a não ser que já tenha sido distribuído e eu não tenha tido cópia, o relatório modificado do Relator?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Está aqui à disposição na Mesa, já vamos...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - É o 3? É o terceiro? Dá um aí para mim, que eu não tenho o terceiro não.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Então, com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, inicialmente queria pedir a atenção do Relator. Eu estava acompanhando o relatório e lá na pág. 215, nos Encaminhamentos nº 3; e 216, Encaminhamento nº 4, em que ele pede procedimento ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual, ele lista as pessoas da UNIMED de São Paulo que devem ser encaminhadas ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual. E voltando à página nº 14 do relatório nós temos aqui que na 18ª reunião ordinária, realizada em 18 de setembro de 2003, foi ouvido o Dr. Cid Carvalhaes, Presidente da UNIMED de São Paulo. E Dr. Cid Carvalhaes, que presidiu a Diretoria da UNIMED nesse período de 2001/2003 e toda a Diretoria não estão incluídos na pág. 215 e na pág. 216, está só a Diretoria anterior. Então, eu acho que o procedimento tem que ser para ambas as Diretorias; a primeira parte da Diretoria e a Diretoria subsequente, de 2001/2003, até a Direção Fiscal. Quer dizer, nós apenas, estamos aí abrangendo apenas uma Diretoria da UNIMED de São Paulo, têm de ser ambas as Diretorias.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - É verdade, nós vamos mandar incluir, então, no relatório para que seja também solicitado ao Ministério Público Federal e Estadual a inclusão das Diretorias, inclusive a Diretoria Técnica.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É fundamental, até porque, na verdade, ambas as Diretorias acabaram tendo problemas aí até a fase final da liquidação extrajudicial. Essa era a observação mais importante que eu gostaria de fazer. E, na verdade, lamentar apenas que no nosso relatório final nós não tenhamos imputado maior responsabilidade à Agência Nacional de Saúde Suplementar aos vários problemas existentes na cadeia entre médicos, operadores, hospitais e as pessoas que têm várias divergências com os planos de saúde e acabam tendo que recorrer à Justiça para poder obter uma liminar, uma decisão de atendimento. Devia ser o papel da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que acho que foi criada com essa intenção, de poder mediar as divergências entre os usuários dos planos de saúde, os planos de saúde e também entre os planos de saúde, os médicos, as operadoras, os hospitais. E nós sabemos que quem deveria



estar tendo esse trabalho, procurando encontra um meio termo, deveria ser a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Lamento que não tenha sido ela a maior responsabilizada nesse trabalho, deveria, sem dúvida nenhuma, ter maior responsabilidade. E aquele detalhe, inclusive, que nós...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Permite um aparte, Deputado?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - À vontade.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Deputado, aproveitando o que V.Exa. está colocando a respeito da Agência Nacional de Saúde, eu fiz aí da última versão, que foi distribuída agora, uma pequena leitura dinâmica e não encontrei aqui nada que colocasse sobre aquelas Diretorias Técnicas e Fiscais da Agência, que o indivíduo recebe cerca de 6 mil reais e fica lá 15 minutos, meia hora por semana. Então, pedir ao Relator que inclua no seu relatório uma advertência à Agência, que mude imediatamente o sistema de escolha, o sistema de pagamento e o sistema de nomeação desses agentes. E que pode ser usado até como justificativa o próprio relatório da Diretora de Fiscalização, que muito bem defendeu que não havia necessidade, em vários casos, de ser feita essa Diretoria, que, pelo que nós percebemos, não serve para absolutamente nada, nem a Diretoria Técnica nem a Diretoria Fiscal. A não ser para fazer nomeação, talvez de amigos, companheiros para receber 6 mil reais das empresas que são fiscalizadas, o que é outro absurdo. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Na verdade o aparte do Deputado Robson Tuma complementa o que eu estava falando em relação à crítica à Agência Nacional de Saúde, por extensão ao próprio relatório. Porque nos vimos aqui pessoas depondo. Eles pagam as pessoas indicadas pela Agência para fazer a direção fiscal ou a intervenção. Quer dizer, é uma coisa absurda, elas vão receber das próprias empresas. E a alegação que nós temos é que esse é o mesmo tratamento dado pelo Banco Central e pela SUSEP. Ora, se a SUSEP e o Banco central estão errando, nós não podemos deixar a Agência Nacional de Saúde também no mesmo erro. Então, vamos consertar tudo. Vamos consertar a Agência Nacional de Saúde Suplementar, vamos consertar o Banco Central, vamos consertar a SUSEP, porque a intervenção é feita indicando-se uma pessoa e quem paga essa pessoa é o ente que está sofrendo intervenção. Quer dizer, é uma coisa meio



estranha, isso foi colocado aqui claramente e, sem dúvida, é uma posição que eu quero deixar bastante clara aqui. Porque nós acabamos constatando também, por vários depoimentos, que a Agência Nacional de Saúde Suplementar não consegue conter os planos clandestinos. Isso inclusive está no relatório, o relatório é muito, nessa parte aí, o 5.415 está bem claro, chamando a atenção da Agência Nacional de Saúde que não consegue conter os planos clandestinos. E nós acabamos, inclusive, até por parte dessa situação, tomando uma postura meio dura aí em relação às tais funerárias. Na verdade, eu acho que isso acontece porque o Poder Público, lamentavelmente, é omissivo. E não existe, em muitos casos, a atenção de assistência social às famílias que perdem seus entes queridos. É comum, a gente às vezes vê, a família perder um ente e ir desesperada atrás de um político aí para ajudar a pagar o enterro, o caixão, porque não existe uma atenção. Existia antigamente na Previdência Social o tal do auxílio funeral, isso acabou. E, na verdade, quem deu margem a essas tais funerárias aí fazerem os planos é o próprio Poder Público. Se o Poder Público desse atenção... Porque é claro, é indubitável que, às vezes, a família no desespero, perde um ente querido, não tem recurso para poder enterrar, acaba se socorrendo aí de várias formas. E o Poder Público se omite e, na omissão do Poder Público, acaba dando oportunidade... À vontade, Deputado.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Eu pedi um aparte ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, com quem tenho concordado muitas das vezes aqui na nossa participação na Comissão Parlamentar de Inquérito que trata dos Planos de Saúde, mas queria neste momento elogiar o Relator Ribamar, na medida em que depurou de todos os depoimentos que aqui tivemos, a favor ou contra, tanto a Agência Nacional de Saúde, com as características dos vários planos que tiveram a oportunidade aqui de relatar o seu trabalho e as suas dificuldades de, pelo tempo que teve a Agência Nacional de Saúde, suplementar o trabalho realizado. É um trabalho que merece o nosso respeito, os nossos elogios e eventualmente as nossas críticas positivas. As críticas que permitam um aperfeiçoamento do trabalho que já foi realizado. Quero salientar que nesse sentido, nosso Relator teve uma visão absolutamente racional, conseguindo extirpar aquilo que se são falhas, defeitos ou equívocos, merecem um aperfeiçoamento, mas não poderiam servir de pretexto para que todo o trabalho da Agência Nacional de Saúde fosse questionado, aí sim



seria um equívoco, aí seria um erro. Tanto que apresenta no seu relatório, Deputado Arnaldo Faria de Sá, várias sugestões para o aperfeiçoamento da Agência, para a ampliação dos seus poderes e para levar em frente o trabalho, que temos que reconhecer, que o que havia no mercado em relação aos Planos de Saúde na relação com o Poder Público, na relação com o usuário, na relação com as prestadoras de serviço é profundamente diferente do que existe hoje. Portanto, numa visão de floresta, nós acreditamos que ainda há árvores a serem tratadas, adubadas, preservadas, irrigadas, mas não é um tratamento selvagem de toda a floresta, como havia antes da existência da Agência Nacional de Saúde. Portanto, apenas uma consideração, em relação ao comportamento, ao trabalho da Agência, que me parece, no geral, relevante de fator que mudou o quadro que existia antes da sua implantação, e que com as correções ou as propostas que estão sendo feitas pelo relatório nós aperfeiçoaremos ainda mais.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O aparte do Deputado Walter Feldman é recebido por mim, mas eu retorno ainda àquela parte que fala do chamado, no nosso relatório, tratado como ANS que não consegue impedir os cartões de desconto e onde a gente acaba encontrando espaço para essas tais funerárias. Mas nós precisamos discutir esse detalhe que eu já abordava anteriormente, que existia antigamente o auxílio funeral da Previdência Social. Esse auxílio funeral acabava atendendo o desespero daqueles que não tinham recursos, e hoje a gente acaba vendo esse detalhe aí dos cartões desconto de funerária e também sem deixar de registrar uma coisa que, do Deputado Mário Heringer, me chamava a atenção. Os papa-defuntos, quer dizer, a disputa pelos defuntos nos hospitais, nas casas de saúde pelas funerárias que querem naquele momento de dor, de sofrimento, disputar o defunto. Quer dizer, o papa-defunto é uma coisa extremamente estranha e se existe, e nós devíamos ter tido a atenção também para esse detalhe que é uma coisa extremamente preocupante, e a omissão da Agência Nacional de Saúde, e também uma reclamação que eu tinha feito, que não consta do relatório, de que a ANS devia ter uma central de atendimentos. Uma central de atendimento para...

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Está no relatório a implantação de uma central de atendimento, tanto pela ANS que tem plantão permanente,



inclusive com assessoria jurídica, isso a partir de concurso público recomendado, já que os quadros da ANS não comportam...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não, eu estou dizendo, que não ter tido até a CPI nenhum tipo da central de atendimento, antes da CPI não ter nenhum, foi nesse sentido que eu falei, não estou dizendo a partir da sugestão, mas até então não devia ser a nossa sugestão, já devia ser da própria Agência Nacional de Saúde essa central de atendimento, que poderia ter evitado, muitas vezes desencontro havido entre os usuários e os planos de saúde. Basicamente era essa a minha posição, totalmente contrária à atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar até aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, atendendo a uma solicitação que tínhamos acolhido na última reunião, concedo a palavra ao Deputado Pinotti.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Sr. Presidente, antes de o Dr. Pinotti usar a palavra, quero dizer que acolho a sugestão do Deputado Robson Tuma, apesar de já está aqui no relatório apenas como relato técnico a questão da recomendação ANS que muda o sistema de escolha, remuneração e duração da diretoria técnica e fiscal, atendendo também ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. E só para complementar a questão do Deputado Arnaldo Faria de Sá, quero dizer que se o Poder Público estivesse agindo bem, não haveria sequer operadora de saúde, porque todo mundo estaria sendo bem atendido nesse País afora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Dr. Pinotti.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Sr. Presidente, muito obrigado pela deferência. Eu queria me fixar aqui e pedir a atenção dos companheiros para duas questões que reputo fundamentais. A primeira é realmente a questão da segunda porta. A segunda porta não é qualquer impedimento de qualquer cidadão, ou seja, a negação da segunda porta que nós estamos pedindo, a proibição da segunda porta não significa o impedimento de qualquer cidadão ser atendido no Hospital Universitário, absolutamente. Todos têm direito de ser atendido. Significa apenas que todos sejam atendidos igualmente. E eu duvido que haja algum de nós que queira um tratamento diferenciado num hospital público universitário. Nós precisamos defender essa equidade. Além do mais, a segunda porta não pressupõe



um auxílio importante e financeiro à maioria dos hospitais. Eu desconheço os cálculos do INCOR, mas eu conheço com profundidade os cálculos do Hospital das Clínicas e eu apresento aqui, como testemunho pessoal meu, de professor titular daquela instituição, que nunca, jamais, o que entrou pela segunda porta representou mais do que 5% do orçamento público do hospital. Portanto, esse argumento é um argumento derrubado. Se a ANS fosse minimamente competente no ressarcimento, nós teríamos não 5%, não 10%, teríamos 20 ou 30% a mais. Portanto, o que nós precisamos aqui é garantir que a ANS seja eficiente no ressarcimento. Eu quero apenas contar um caso muito simples para demonstrar que não é necessário a segunda porta. É um caso que se passou comigo, tem nome, endereço, sobrenome, etc. Como os senhores sabem, eu não pratico a segunda porta, por uma questão de objeção de consciência, apesar de poder praticá-la. Há 1 ano, um pouco mais, o Superintendente do Hospital das Clínicas, Sr. Presidente, me pediu para operar a tia dele de câncer de mama. Eu disse: *“Opero, meu caro Delia”* — era o nome dele —, *“desde que ela seja atendida como qualquer uma das minhas pacientes aqui do Hospital do SUS, que são muito bem atendidas”*. Ele disse que não, ele era um promotor da segunda porta, pediu para eu atender na segunda porta, eu disse que não, indiquei colegas que poderiam fazê-lo e pensei que o caso estivesse resolvido. Um mês e meio depois, a família me procura e diz que gostaria que eu atendesse essa paciente, independentemente de ela ser atendida como qualquer paciente do SUS — era uma senhora, tia do Superintendente. Atendi essa paciente, ela passou pela reunião dos residentes, ficou num quarto com mais três pacientes, foi operada por mim, quando ela teve alta, meu caro Arnaldo Faria de Sá, quando ela teve alta, eu perguntei para ela: *“O que a senhora achou disso?”* E ela me respondeu — a dona Hermínia — ela me disse: *“Dr. Pinotti, realmente, quando eu entrei, e fui vista por muitos residentes, naquela reunião que o senhor faz, onde todo mundo discute o meu caso, eu achei estranho. Mas logo depois eu me dei conta que eu estava sendo melhor atendida do que se o senhor me atendesse sozinha. O meu caso foi discutido. Quando eu entrei num quarto com mais 3 pessoas, eu também fiquei um pouco chocada. Do meu lado tinha uma empregada doméstica de cor, na frente tinha uma outra funcionária não sei da onde. Mas olha, Dr. Pinotti, que gente boa! Que gente boa! Com 3 dias de hospital eu fiquei amiga dessa empregada*





*doméstica. Eu vou ajudá-la. Ela me levantava de noite para me dar um copo de leite. Agora, eu tenho duas reclamações a fazer para o senhor, Dr. Pinotti*” — uma mulher da classe média — *“duas reclamações: primeiro, os residentes, de noite, contam piada nos corredores e não deixam a gente dormir; segundo, a comida chega fria.”* Presidente, eu sou professor e diretor de ginecologia há 18 anos. Nunca, nenhuma paciente do SUS reclamou que a comida chega fria. E nunca ninguém reclamou que os residentes contam piada no corredor. O que que eu quero dizer com isso? A introdução da classe média, em condições igualitárias, nos hospitais universitários, só serve para melhorar para todo mundo. Segundo, não é nenhuma agressão a uma pessoa da classe média estar internada num hospital junto com outras pessoas. A segunda porta significa exatamente a antítese disso, meu caro Arnaldo Faria de Sá, a antítese disso. Não é uma questão de proibir que as pessoas sejam internadas, é uma questão de atendê-las igualmente. E por que que eu pedi, por objeção de consciência, para não atender a segunda porta no Hospital das Clínicas? Porque eu não posso ensinar, como professor, Sr. Presidente, que dentro do mesmo hospital público se atendam de maneira diferente os que pagam e os que não pagam. Essa é a razão, é uma razão ética, é uma razão moral, é uma questão de valores. Por isso eu conclamo todos os companheiros aqui a que a gente possa garantir a equidade de atendimento no hospital público. Não há, Sr. Presidente, nenhuma demanda reprimida para o setor privado. Existem inúmeros hospitais privados com leitos vazios. Há uma enorme demanda reprimida para o setor público. Existem outras formas de recolher recursos em relação aos hospitais públicos: o fim do teto, que já tem um projeto com parecer favorável do Deputado Rafael Guerra, o Código 7, para remunerar melhor os médicos, e outras formas de tratar esta questão, não essa forma que a meu ver é uma forma perversa. Portanto eu quero...

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Um aparte, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Claro que sim. Pois não, Jamil.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Eu queria cumprimentá-lo pela brilhante defesa do interesse público. É de ferir a consciência e de sangrar o coração ver a defesa do privilégio para quem já pode pagar plano de saúde, prejudicando de maneira perversa aqueles que nada têm, trabalham pelo Brasil e, na hora que ficam doentes, são penalizados, ficando na fila, e muitas vezes vários andares de um



hospital público, mantido com os impostos, mantido pela sociedade, são reservados para os planos de saúde. Por que eles não alugam os hospitais privados, que têm leito, têm necessidade de paciente? É porque eles, mais uma vez, se aproveitam do hospital público, Dr. Pinotti. Então eu queria lamentar que ainda houvesse dúvida. Eu lamento também que o trabalhador, aquele pobre, aquela pessoa que gostaria de uma sociedade mais justa, sem tantas desigualdades, ainda não possa vir aqui fazer a sua pressão. Porque os planos de saúde vêm aqui, dentro da lei, e ficam aí no fundo fazendo as suas pressões, para defender os seus privilégios, enquanto que o coitado está sendo penalizado, porque ele vai procurar o hospital, não tem leito, mas, para o paciente do plano de saúde, no hospital público, pago pelo povo, além de ter privilégio para aquele doente, ainda o acompanhante dele, que está são, ocupa um leito ali, comendo, bebendo, sendo bem atendido, quando falta leito para aquele que está com câncer, para aquele que está com a doença grave, que não pode esperar, por uma perversidade de propostas políticas equivocadas que eu imaginava tivessem sido sepultadas com o Governo anterior, que fez tudo para aprovar isso e não conseguiu, tal era a perversidade dessa proposta da dupla porta. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado. Deputado Pinotti, concluiu?

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Concluo em 30 segundos, Sr. Presidente. Eu queria aduzir um argumento que é menos importante, mas é também importante. Trata-se de uma concorrência desleal dos colegas que atendem nessas condições vis-à-vis os colegas que têm que manter os seus consultórios, pagar os seus aluguéis, pagar os seus impostos etc., enquanto que os colegas como eu, no Hospital Universitário, não temos que pagar nada disso, podemos atender os pacientes e cobrar os nossos honorários. Quer dizer, além disso, existe uma concorrência desleal. Em síntese, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria dizer que, com essas considerações, não é possível nós estarmos de acordo com o relatório modificado no item “j” da pág. 209. Eu pessoalmente até estaria de acordo em mudar a redação, e tenho até aqui uma proposta que não fala na palavra “segunda porta”, porque parece que é uma palavra depreciativa, mas que deixa muito claro que o tratamento tem que ser igualitário. De maneira que, se o Sr. Relator quiser a



minha colaboração, eu posso... Dr. Ribamar, se o Relator quiser a minha colaboração, eu posso passar à Mesa uma redação que, sem falar na “segunda porta”, exige a equidade de uma forma inequívoca. Parece que é essa a intenção de V.Exa., exigir a equidade de tratamento no item “j”, sem falar a palavra “segunda porta”.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Deputado Pinotti, V.Exa. citou-me duas vezes. Eu só quero dizer que eu defendo essa questão do atendimento atendendo a uma solicitação do INCOR. O INCOR diz que precisa disso para poder manter o seu atendimento. Eu não sou médico. V.Exa. conhece melhor que eu, mas aqueles que hoje têm...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Isso não significa, Deputado Arnaldo, que está sendo pedido um tratamento diferenciado. É dentro do tratamento igual, em todos os pacientes...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Lógico.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Isso é uma questão que o médico pode dar o tratamento diferenciado. V.Exa. é médico, eu não sou, o Deputado Arnaldo não está. E se o médico estiver dando tratamento diferenciado porque pode está recebendo alguma coisa por fora, tem que ser denunciado, tem que ser cassado o registro do médico. Isso não significa que se vá proibir o indivíduo de ir no hospital público e se ressarcir, se ele pode.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Mas ninguém está proibindo, pelo contrário. O hospital público é de todos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas acontece que o próprio INCOR alega que isso ajuda na sustentabilidade econômica do INCOR.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Num hospital que não tem lucro, 5% de rendimento que vem para o hospital é claro que é...

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Sr. Presidente, o senhor desconta do meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Na verdade, todos os tempos...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu quero também os 2 minutos que V.Exa. deu ao Deputado Pinotti.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Todos os tempos na verdade estão estourados, mas nós, com bom senso, vamos chegar lá, pedindo ao Deputado Pinotti que no máximo em 60 segundos conclua.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Só quero concluir dizendo o seguinte, Sr. Presidente. Eu tenho a impressão, por todas as opiniões que colhi, favoráveis ou contrárias à segunda porta, de que todo mundo é favor da equidade. Então eu tenho uma proposta de redação que privilegia a equidade. Eu gostaria de ter a oportunidade, depois, de passá-la ao Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pode passar agora, Deputado Pinotti.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Passo neste minuto. E tem um último ponto que eu quero tocar em 30 segundos, uma proposta muito bem intencionada do pagamento da taxa para substituir o ressarcimento. Mas eu penso, Sr. Presidente, que a taxa permitirá, de uma maneira indevida, uma forma predatória do uso do hospital público. É impossível a gente coibir essa forma predatória, então eu gostaria de propor o seguinte: ou se volta ao ressarcimento e se obriga a ANS a fazer o ressarcimento, porque é obrigação dela e ela não pode alegar incompetência, ou se coloca a taxa como uma forma de antecipação de pagamento, sem tirar a questão do ressarcimento, que é a questão do item 12, para o qual existe um pedido na mesa, um destaque supressivo de minha autoria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Pela ordem, Sr. Presidente, uma questão de procedimentos. Sr. Presidente, essa questão específica dos hospitais universitários foi levantada por mim. Fui a primeira a discutir a matéria. Acabei de falar com o Diretor do Hospital Clementino Fraga. São 15 hospitais, os maiores hospitais federais universitários, que têm pelo menos 10% do seu volume de recursos proveniente do que vocês chamam segunda porta, enfim, dos convênios. E li para o diretor o texto que foi sugerido pelo nobre Deputado Ribamar nesta última fase. Se cada vez a gente for alterando, alterando, alterando, sem acordo geral, fica impossível. A gente vai ter o quarto, o quinto, o sexto, o sétimo, o oitavo, o décimo relatório.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputada Laura, está correta a sua reivindicação, tanto que o Relator agora vai se posicionar sobre o que foi falado.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - E eu só, então, atendendo a conversas que tive com diversos...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Não, não, não vai mudar não. Vai mudar só em questões que de fato nos auxiliam a sair de um eventual impasse. Eu, como Presidente, fui procurado por diversos Srs. Parlamentares e Sras. Parlamentares com uma preocupação, a última que vamos levantar ao Relator, para depois ouvi-lo e imediatamente votar o relatório. Fui procurado por muitos Deputados que defendem a importância de que a CPI preserve o critério de ampliar a solidariedade entre gerações na questão preço/faixa etária, que foi algo muito debatido na CPI, mas que nós déssemos um passo nesse sentido menos forte, vamos dizer assim, do que aquele que está no relatório, porque no relatório a proposta apresentada é de que a diferença por faixa etária, que hoje é de até 6 vezes — ou seja, quando um jovem está pagando 150 reais, o idoso com mais de 60 anos está pagando 900 reais...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Vamos usar o termo “*mais prudente*”?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - “*Mais prudente*”. Eu acolho a emenda de forma da Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - A proposta do relatório é de que nós tivéssemos essa variação limitada de 150 a 300. Eu estou propondo ao Relator, no sentido de acolhermos a preocupação de diversos Deputados que nos procuraram nos últimos dias, que nós coloquemos no relatório que será votado que essa variabilidade possa se dar de 150 a até 450 reais, para que esse passo fosse então mais prudente no sentido do caminho em direção à solidariedade entre gerações.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Reais?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Estou dando um exemplo hipotético. O Relator vai colocar na linguagem correta do relatório.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Desculpe-me, Presidente. Eram 6 vezes. A proposta do relatório é de 1 vez. Agora está-se fazendo a proposta de 3 vezes. Só que nós queremos que você tire o conceito, não números, porque número é atuarial.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Os destaques supressivos, todos eles, estão preservados. Eu só deixo claro aqui o argumento de que a sugestão que está sendo proposta ao nosso Relator, ao contrário do que está no relatório, onde a variação no exemplo hipotético que eu estou dando podia ser de 150 a 300, é que passe a ser de 150 a 450. Para que fique bem claro, é um passo mais prudente no sentido da solidariedade entre gerações. Está preservado todo o direito a emendas supressivas que possam vir. Ouço o Deputado Max Rosenmann.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Sr. Presidente, eu acho razoável e de bom equilíbrio, de boa vontade, toda essa sua argumentação. O que acontece é que, a partir do momento em que o relatório foi entregue e nós entramos no processo de decisão e de votação, até as suas propostas são iguais às nossas. O senhor não pode mais, na condição de Presidente, dar uma orientação de uma negociação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Nenhuma hipótese. Tem toda a razão.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Eu já participei de muitas CPIs. Por exemplo, a última empatou, deu 11 a 11, e prevaleceu o relatório. Eu até nem conhecia essa parte do relatório onde o Relator vota, o Presidente também vota e, em caso de empate, prevalece o relatório. Portanto não tem voto de Minerva em CPI. Então, eu acho que ou nós suspendemos a reunião e vamos para uma sala discutir, mesmo sendo público, ou nós ficamos com a torcida toda aqui, num clima não muito agradável de poder negociar. Veja bem, eu disse aqui no meu argumento que eu não sou a favor de 5, de 6, de 4. Eu não sou a favor de números cabalísticos, não tenho esse hábito de ter algo que eu persiga só por simpatia. Ou faz parte de uma conta dentro de uma lógica atuarial ou fica num chutômetro absoluto. Então, é aquela história: por que não fazer um salário mínimo de 1.000 dólares? Ficaria muito



melhor. A gente já resolvia... Então é isso que eu queria pedir, porque essa negociação de uma vez, que também foi uma questão colocada por V.Exa. no momento em que o senhor teve a oportunidade de propor, depois outro propõe 6, aí ficam negociando por 4... Acho que o assunto não é desse nível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deixa eu só ponderar ao Deputado Max...

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Eu gostaria de completar o meu raciocínio sem a sua interferência no tema...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - ...porque agora estamos em campos opostos, o senhor tem uma proposta, eu tenho outra, e o caso vai ser decidido, eventualmente, até no voto. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pois não. Só para colocar ao Deputado Max que, regimentalmente...

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Propus até uma suspensão, para nós termos um equilíbrio melhor, para compensar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Eu só quero dizer que eu respeito profundamente o argumento do Deputado Max, mas a proposta que este Presidente fez está dentro do critério universal, à disposição de todos os Parlamentares, porque o nosso pacto foi que, durante o período de discussão, nós faríamos sugestões ao nosso Relator, que acataria ou não as sugestões, sem prejuízo dos destaques supressivos, que são os únicos possíveis, do ponto de vista regimental. Então nós estamos exatamente encerrando este período de discussão, não sem antes ouvir o Deputado Walter Feldman. Mas é dentro desses critérios...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, o senhor poderia informar a relação dos destaques?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - A relação dos destaques foi distribuída, mas pode ser novamente, sem nenhum problema...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Ah, são só esses aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - ...até porque alguns continuam entrando, e, dentro do nosso critério, enquanto a discussão estiver aberta, os destaques supressivos podem ser apresentados à Mesa.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas não cabem mais. A discussão já acabou, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Não, a discussão não acabou. O Presidente não deu por encerrada a discussão. Exatamente falei neste momento para, antes de encerrar a discussão, fazer as últimas sugestões ao nosso Relator, que será o próximo a falar, depois do Deputado Walter Feldman.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Espera aí. Questão de ordem, antes do Deputado Walter Feldman. V.Exa., respondendo a uma questão de ordem minha, disse que, depois que o Relator falasse, a gente poderia dar uma revisada nos destaques, porque não faria sentido, por exemplo, fazer destaque... V.Exa. daria um tempinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Sem problemas.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Está preservada essa condição regimental. A partir do anúncio do início da votação, não serão mais permitidos destaques. Deputado Walter Feldman.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Sr. Presidente, nós já discutimos, antes do início desta reunião, alguns caminhos que pudessem viabilizar um acordo. Em relação ao item "j", nós conversamos hoje com o Relator e sugerimos uma redação, com que, evidentemente, o Dr. Pinotti não concorda, mas que me parece se aproxima mais do que seria um consenso.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Muito bem, eu só estou querendo falar dos esforços progressivos para que possamos eventualmente evitar a votação. Eu dizia a V.Exa., e quero repetir a todos os Srs. Deputados, que eu e o Deputado Max Rosenmann, apesar da nossa origem semelhante, judaica, não temos muita aproximação no tratamento cabalístico. Eu tenho enormes dificuldades de opinar sobre determinada matéria de ordem financeira sem ter uma perfeita avaliação atuarial e, evidentemente, que leve em conta questões do mercado, que não fazem parte da nossa prática. E uma decisão nossa pode influenciar enormemente algo que me preocupa mais do que os planos de saúde, que é o funcionamento do SUS, do Sistema Único de Saúde. Eu não gostaria, como aconteceu nos últimos anos, de





jogar mais 8 milhões de beneficiados hoje por planos de saúde no Sistema Único, porque poderia criar uma demanda insuportável. Foi nesse sentido que eu apresentei 3 sugestões — elas foram distribuídas aos Srs. Deputados —, que gostaria de ponderar antes que pudéssemos eventualmente caminhar para uma votação em cima de números. Quais são elas? Eu gostaria de saber se todos os Srs. Deputados têm em mãos. São 3 propostas conceituais, conceituais. Todos têm em mãos? Muito bem. A primeira delas: que seja adotada uma política que permita a redução progressiva do reajuste máximo admitido entre a primeira e a última faixa dos planos, um esforço desse trabalho solidário sugerido pelo Deputado nosso Presidente, Henrique Fontana, uma proposta de esforço para que isso venha a acontecer. Segunda: que seja proibida a concentração dos reajustes nas últimas faixas etárias — novamente um esforço de tratamento solidário. E, terceira, no caminho da experiência já acumulada no setor privado, na chamada “fidelização”, que nós déssemos adicionais progressivos de desconto àqueles beneficiários de planos de saúde que permanecessem durante um período maior no mesmo plano de saúde. E a redação é que sejam criados mecanismos de desconto nos reajustes por faixa etária, proporcionais ao tempo do plano do usuário — estudos que seriam feitos. Mas o raciocínio, por exemplo, é de 10% percentuais no reajuste por faixa etária para cada período de 10 anos, induzindo a fidelização. O Deputado Robson Tuma já tinha apresentado sugestão semelhante, e que, portanto, haveria um atrativo por parte dos planos de preservar o seu beneficiário para que ele não fizesse a migração...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Como funciona nas seguradoras no caso dos carros, por exemplo.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** – Seguradoras, em viagens, na TAM etc. Me parece que essas três propostas, Deputado Henrique Fontana, poderiam ir ao encontro da sua preocupação que se destaca pela utilização de um número que neste momento nos parece relativamente açodado adotá-lo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** – Sr. Presidente, uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Questão de ordem. Com a palavra o...



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** – Nós já estamos às 15h50 min. Se iniciar a Ordem do Dia, nós não podemos votar. Hoje é o último dia. Eu só queria deixar V.Exa. alerta para esse detalhe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Atendendo à questão de ordem do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que é a preocupação do Presidente, eu quero pedir a compreensão dos colegas que este é assunto, conforme o que Relator acatar ou não, ele vai entrar em discussão através de algum destaque. Então, o Relator ouviu as propostas. Sugiro, dou por encerrada a discussão e concedo, então, a palavra ao nosso Relator, Deputado Dr. Ribamar Alves, para colocar na sua réplica os pontos que eventualmente alterem em relação ao relatório que temos em mãos. Deputado Dr. Ribamar Alves.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** – Vamos lá, vamos lá!

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, algumas alterações que foram introduzidas no relatório da última reunião na página 101 (*Pausa.*)

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Pela ordem, Sr. Presidente. As alterações que V.Exa. já apresentou, apresentou juntos relatório e uma folha das alterações. Só é importante se V.Exa. aceitou alguma agora, nesses últimos 5 minutos, porque se não a gente vai se atrapalhar, porque essas que o senhor já fez, já fez o novo relatório e tudo, essas a gente pode até mesmo, por causa do tempo...

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Só tem uma alteração que não foi incluída aqui que o Deputado Max Rosenmann me apresentou por escrito e ficou no gabinete. Uma questão de que retiramos do outro ponto a questão da revisão técnica, porque ficava muito ampla. E ele nos apresentou uma modificação pontuada para determinados específicos. E achei de bom alvitre que a gente pudesse colocar. E eu estou pedindo então que lá no gabinete me tragam para poder mostrar para os... Achei de bom alvitre, porque é muito importante, é uma coisa bem dirigida, bem pontual, que é uma salvaguarda do sistema. Então, nas alterações propostas aqui, vamos incluir a do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que pede que seja dirigido também encaminhamento ao Ministério Público Federal e Estadual dos dirigentes da UNIMED, tanto da gestão anterior como da posterior, inclusive das diretorias técnicas. O Deputado Robson Tuma recomenda à ANS que mude o sistema de



escolha, remuneração e direção, das intervenções, diretorias técnicas e fiscais. E, também, recomenda um projeto de lei que ele está apresentando referente à quarentena a Diretoria da ANS, como das outras agências em geral. Achei importante também a colocação do Deputado Walter Feldman, que recomenda à CPI essa política que permita uma redução progressiva, genérico, mas manifestando que haja um estudo para que se possa no futuro ter uma política bem mais detalhada e que possa beneficiar principalmente aquelas pessoas, como ele mesmo citou, que são fiéis aos planos e ficam 10, 15, 20, 30 anos pagando o mesmo plano. Nada melhor do que ter uma bonificação, uma ajuda para permanecer no plano. E o Deputado Henrique Fontana, que propõe uma modificação do reajuste das faixas etárias, apesar de ter medidas supressivas aqui sobre a mesa, DVS para serem votados, acatar essa alteração que ele propõe e refazer.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – De 100% a 300%. É isso?

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Bom, então V.Exa. está acatando as sugestões do Feldman, as sugestões...

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Do Henrique Fontana.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - ... do Henrique, do Max e do Arnaldo.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – E do Robson Tuma.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – E do Robson.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - V.Exa. poderia repetir a última parte?

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - A última parte? O Deputado Walter Feldman recomenda que seja adotada a política que permita redução progressiva do reajuste máximo admitido da primeira à última faixa dos planos; que seja proibida a concentração dos reajustes nas últimas faixas etárias; que seja criado um mecanismo de descontos de reajuste por faixa etária proporcionais ao tempo do plano do usuário. É uma recomendação que ele faz para que se possa estudar isso no futuro. A própria ANS, juntamente com as operadoras ou juntamente com os usuários, com os PROCONs, com o IDEC, chegue a um estudo que possa fazer essa redução. E acolho...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Seria por uma câmara técnica?



**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Uma câmara técnica que possa fazer esses estudos para saber... Que faça o estudo atuarial, para que possa saber por que está aumentando, por que não está aumentando, por que pode diminuir, certo? Uma câmara técnica que seja feita por pessoas que tenham conhecimento técnico do assunto, para evitar que a gente possa fazer um número cabalístico, como muito bem cita aqui o Deputado Max Rosenmann.

**O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE** - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu gostaria só de chamar a atenção para um ponto. Na verdade, o que esse relatório pode apresentar são sugestões. Então, essa proposta de se remeter a uma câmara técnica que trabalhe com bases atuariais, ainda que tentemos estabelecer como sugestão de algum parâmetro, parece-me extremamente razoável. E acho que é o que podemos fazer em termos efetivos. Não quer dizer que o que está no relatório ou na proposta de projeto de lei vá vigorar automaticamente. Então, remeter a uma câmara técnica que trabalhe com critérios atuariais me parece o mais conveniente.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – E acolho também a proposta do Deputado Henrique Fontana, quando ele propõe baixar de 100% para 300% da relação entre a primeira...

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Sr. Relator, mas, na proposta de projeto de lei, V.Exa. retira? Na proposta de projeto de lei já não tem a proposta de redução?

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Fica alterado de 100...

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Como?

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Fica alterado de 100 para 200.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – De 100 para 300.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Não.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – De 150 a 450...

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Deputado Darcísio Perondi, sem prejuízo dos destaques supressivos que estão sobre a mesa.

**(Não identificado)** – Sim; aí, sim.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Nós temos que discutir. Ninguém aqui é técnico atuarial.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Muito bem. Então, feitas... Pois não, Deputado José Linhares.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite, para que eu possa ficar com a cabeça bem esclarecida, atendida? Veja como a minha assessora aqui sabe usar alguns adjetivos apropriados. Então, nós teríamos uma câmara técnica que faria um estudo contemplando nossos 3 pontos aqui sugeridos pelo Deputado Walter Feldman. E juntamente com esta tese dele viria a proposta agregada do nosso Presidente Henrique Fontana. É isso exatamente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Isso. Por último, Relator, aquela que havia acolhido do Deputado Pinotti, que modifica um parágrafo. Está aí a redação.

**(Não identificado)** – Posso ler?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Eu acho que não precisa ler.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - A do Deputado Pinotti ele não atendeu.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quem vai mudar?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – O Deputado Pinotti sugeriu, ele não atendeu.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** – Não...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Se for não mudar o relatório agora, eu peço de antemão o adiamento de 3 sessões. Pronto, fica sem relatório. Estamos aqui na quinta versão do relatório. Daqui a meia hora vai votar.

**(Não identificado)** – Calma, Tuma.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** – O Pinotti quer mudar. Não vai mudar não. Não vai mudar nada não.

**(Não identificado)** - Deputado Ribamar...

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – A palavra está com o Relator. Só um minuto. A palavra está com o Relator, que está esclarecendo a sua réplica. Tão logo ele conclua, o Presidente vai encaminhar a votação.



**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Nós acolhemos a modificação naquele termo que estava proibindo os hospitais universitários e públicos de fazerem credenciamento com as operadoras de plano de saúde, por sugestão do Deputado Robson Tuma, do Deputado Rafael Guerra e do Deputado Walter Feldman. A redação que está feita aqui...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Está aqui.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - ... nós vamos permanecer com ela.

**(Não identificado)** - Página 209, não é?

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Presidente, uma questão de ordem. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Letra “j”, na página 209. Só um pouquinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Então, o Presidente esclarece ao Plenário que o Relator define sobre este aspecto que vale o relatório, como forma, a sua última versão que alterou, na página 209, com a nova redação na letra “j”, no item “j”. Foi dada nova redação, que eu peço ao Deputado...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – É esta redação que está aqui?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – É esta redação que está aqui.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Então, pronto. Que está aqui no relatório? Pronto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Questão de ordem, Deputado Pinotti.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** – Se fizesse muito tempo, eu poderia dizer que esqueci, mas não faz; faz apenas alguns minutos, que, depois das minhas observações sobre a segunda porta, eu perguntei a Relator e ao Presidente se eu poderia tentar redigir, de uma forma mais clara, a questão de se evitar iniquidades, que era, de certa forma, um consenso de todo mundo. Eu recebi do Relator e do Presidente uma afirmação de que eu poderia fazer e encaminhar à Mesa. Portanto, eu quero solicitar que haja coerência nessa questão e que essa proposta seja lida.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Deputado Pinotti, nós discutimos exaustivamente a matéria. Evidente que aquilo que foi dito a V.Exa. está absolutamente mantido, tanto que foi apresentado ao Relator. Agora, o Relator disse que vai manter o relatório original, o que é sua prerrogativa também. Então, este Presidente, evidentemente, não pode extrapolar nenhum limite regimental. E, portanto, nós, a partir de agora, dando por encerrada a discussão...

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** – Eu queria, por uma questão de coerência, solicitar ao Relator que pelo menos lesse a minha proposta, de acordo com aquilo que ele me garantiu.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Então, eu de solicitar ao Relator, por uma questão de coerência, que lesse todas as sugestões na íntegra...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Deputado, eu respondo ao Deputado Pinotti e ao Deputado Tuma...

**O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE** – Eu gostaria de ouvir a sugestão do Pinotti. Eu gosto do Deputado Pinotti, porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - ... que nós não temos, de fato, a possibilidade de ler todas as propostas. O Relator tem a proposta em mãos. Ele tem a prerrogativa de acolher ou não as propostas. Nós corremos contra o tempo. E, portanto, como Presidente, pedindo a compreensão, especialmente do Deputado Pinotti, eu digo que o Presidente não pode abrir esta exceção, porque nós poderíamos entrar numa interminável solicitação de novos tempos para apresentar novas e últimas sugestões. O Relator continua com a palavra para utilizar os últimos minutos de sua réplica.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Sr. Presidente, eu gostaria de apenas fazer um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – A redação dada pelo Dr. Pinotti, ela apenas muda semanticamente o texto que está aqui. Não muda, na essência, porque, o que foi mudado... Vou ler o que está no texto: “*Sugerir o desenvolvimento de estudos, no sentido de solucionar questões relativas aos hospitais públicos, inclusive os universitários, que mantêm contrato de prestação de serviços ou são*



*credenciados por operadoras. Se, por um lado, há um nítido interesse de muitas instituições públicas em manter contratos dessa ordem por significar um reforço orçamentário indispensável ao seu funcionamento, além de um fator de incentivo para a manutenção de recursos humanos competentes, por outro, há que se resguardar a eqüidade no tratamento entre usuários de planos de saúde e os demais atendidos sob a égide do SUS.” É o mesmo texto.*

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** – Pela ordem, Presidente. Só um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Então, Deputado Jamil, vou pedir... fazer eu agora um apelo aos colegas de Comissão. A minha primeira pergunta é ao Relator.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Eu fiz uma emenda supressiva. Eu queria saber se foi acatada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Deputado Jamil, só um minuto. Nós vamos entrar em cada coisa ao seu tempo. Primeiro, eu gostaria de saber do nosso Relator se ele dá por encerrado o seu período de réplica.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Eu dou por encerrado o período de réplica e admito, inclusive, essa discussão. Acho que é salutar e importante, até porque, se não houvesse essa discussão, eu estaria caindo na mesma coisa, como o Nelson Rodrigues sempre diz: *Toda unanimidade é burra*. Portanto, tem que ter essa discussão para que o relatório seja um relatório inteligente.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Então 1 minuto, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Deputado Perondi, eu tenho pedidos de questão de ordem de 3 Deputados aqui.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Só? Então é rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Não, mas são 16h04min. Esta CPI fez um excelente trabalho coletivo de todos nós e nós não podemos correr o risco, porque todos os destaques supressivos — que eu já anuncio, são 14 — estão absolutamente preservados. Nós temos 14 destaques supressivos. Cada um deles terá uma defesa contra e outra a favor. Isso dá uma noção do tempo que nós temos pela frente. Então, o meu apelo é: encerrado o





período de réplica do Sr. Relator, eu dou por encerrado, então, esse período e coloco em votação o relatório, encerrando, portanto, o prazo para apresentação de destaques. Informo, então, a todos os senhores, como disse há pouco, que nós temos 14 requerimentos de destaque, cujo teor consta nas cópias distribuídas a V.Exas.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Pela ordem, Sr. Presidente. Há alguns que estão prejudicados, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Vamos informar um por um quando entrarmos na votação dos destaques. Não havendo quem queira encaminhar a votação do relatório da nossa CPI, eu coloco em votação o conteúdo do relatório, ressalvados os destaques supressivos que vamos analisar a seguir.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – O PFL vota a favor, Sr. Presidente, ressalvados os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – O Deputado Arnaldo queria usar a palavra?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Então, em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado o relatório.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** – Presidente, eu voto contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Contra os votos do Deputado Arnaldo Faria de Sá e Jamil Murad.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** – Verificação de votação.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - E o meu também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Verificação de votação concedida. Então, votação nominal pra verificação de votação. Deputado Antonio Carlos Biscaia.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Deputado Arlindo Chinaglia, Deputado Dr. Rosinha, Deputado Henrique Fontana, sim. PFL: Deputado Júlio Cesar, Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sim.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Deputado Robson Tuma.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Sim, com restrições.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – PMDB: Deputado Luiz Bittencourt, Deputado Max Rosenmann, Deputado Saraiva Felipe.

**O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – PSDB: Deputado João Castelo, Deputado Sebastião Madeira, Deputada Yeda Crusius. PP: Deputado Benedito Dias.

**O SR. DEPUTADO DR. BENEDITO DIAS** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Obrigado. Deputado Nelson Meurer.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Obrigado. PTB: Deputado Roberto Jefferson, Deputado Silas Câmara. PL: Deputado Bispo Wanderval, Maurício Rabelo.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RABELO** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Obrigado. PSB: Deputado Dr. Ribamar Alves.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Apoio forte ao relatório. Cinco com grandes elogios ao relatório. PPS: Deputado Colbert Martins. PDT: Deputado Mário Heringer.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – PCdoB: Deputada Jandira Feghali.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Eu queria justificar. A Deputada Jandira Feghali só não está presente, porque seu filho está hospitalizado. Por isso ela não está no Congresso hoje, senão ela estaria aqui votando a matéria e provavelmente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Então, publicamente justificamos a ausência da Deputada Jandira Feghali por motivo de saúde. PRONA:



Deputado Elimar Máximo Damasceno. Vou chamar os suplentes. Deputado Roberto Gouveia, suplente pelo PT. Deputado João Grandão. PFL votaram todos. PMDB: Deputado Asdrubal Bentes, Deputado Silas Brasileiro, Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCISO PERONDI** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - PSDB: Deputado Walter Feldman.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Rafael Guerra.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Deputado Luiz Carlos Haully, Deputado João Castelo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CASTELO** – Sim, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Obrigado, Deputado. Completou o PSDB.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Pela ordem. Quando há votação do titular completando o número, vota o suplente além disso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Não, não vota. E nós estamos controlando isso daqui, Deputado. E até o momento...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Pois é, mas aqui eu ouvi, eu anotei que, no PSDB, o Deputado João Castelo ainda não tinha chegado, votou Sebastião Madeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Não, não, não. Nós estamos com 3 votos do PSDB absolutamente corretos, completando a sua cota constitucional. PTB. Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** – Não.

*(Intervenção inaudível.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – (*Risos.*) Essa saudável democracia nos permite. Deputado João Grandão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – PTB, completou. PL. Chamo o Deputado Almir Moura. (*Pausa.*) Deputado Carlos Mota. (*Pausa.*) Também não está. PSB, completou. PPS. Deputado Geraldo Resende.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Obrigado.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** – E justificar a ausência do Deputado Colbert Martins, que se encontra em missão oficial.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Obrigado, Deputado Geraldo Resende, que declara seu voto “sim”. PCdoB. Deputado Jamil Murad.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – PRONA. Deputado Vanderlei Assis. (*Pausa.*) Então, encerrada a votação. Votaram “sim”... (*Pausa.*) Dezenove Srs. Parlamentares, “sim”. Votaram “não” 2 Srs. Parlamentares. Está aprovado o relatório da CPI que investigou os planos de saúde. (*Palmas.*) Parabéns a todos os Deputados e Deputadas. Ressalvados os destaques, lógico. Agora vem um bom debate aí, democrático, sobre alguns temas. Então, vamos passar, então, aos destaques. Então, em primeiro lugar, o Destaque nº 11, que...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Não é em ordem não, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Eu só vou informar, porque esse está prejudicado. Nós estamos chamando na ordem das páginas do relatório. Por isto, a ordem numérica não será... a ordem do um em diante. Então, o primeiro destaque que estamos votando, analisando, é o Destaque nº 11, que está prejudicado, porque foi acolhido pelo Relator. O 11 ...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – É o do Tuminha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Requeria, no caso, nos termos do Art. 161, para suprimir a oração: “*A publicidade dessas empresas não denota má-fé*”. E ela, de fato, já foi suprimida, está bom?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Prejudicado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Prejudicado.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Atendido pelo Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Atendido pelo Relator.

O segundo destaque é o Destaque nº 1, assinado pelo Deputado Roberto Jefferson: *“Requer, para votação, DVS supressivo do Item A - XIV, que se encontra na página 199, parágrafo, onde propõe a supressão do Item A - XIV”*. Que é aquele que altera... Então, alteração do Art. 35-G, de forma a que além da aplicação... Bom, não vamos ler...

**O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE** – Uma questão de ordem. Quem votar “não” na verdade está suprimindo, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Os Deputados que votarem “sim” vão acolher o destaque e, portanto, vão suprimir do texto o Item A – XIV.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Isso, mas não é o que a Secretária está me informando, Deputado Rafael Guerra. Está me informando que quem votar “sim” vai acolher o destaque supressivo do Deputado Roberto Jefferson e vai suprimir o Item A - XIV, e quem votar “não” vai manter o texto do Relator. Quem quer defender o destaque supressivo e quem quer encaminhar contrário? Um para cada lado. Deputado Roberto Jefferson, para defender o destaque supressivo.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** – Sr. Presidente, inicialmente, meus cumprimentos a V.Exa., ao Relator, pela aprovação do relatório, comedido, de bom senso, sereno, num momento difícil, de crise, de conflito contratual entre médicos, operadoras de saúde, hospitais, toda a crise que se viu instalada aqui, nesta Comissão de Inquérito, não fala em relação ao usuário, fala em relação ao conflito contratual existente entre a rede credenciada, entre os médicos credenciados, entre os laboratórios credenciados. E V.Exa. conseguiu tangenciar essa crise econômica que tomava conta do debate da CPI e fazer um bom relatório. O meu destaque, Sr. Presidente, Sr. Relator, é para que nós possamos impedir que a Justiça continue a interferir, e agora se nós permitirmos que essa redação prevaleça, de maneira absurda, nas relações dos planos de saúde, das operadoras de saúde e os usuários. Hoje, a Justiça, contra a lei, contra o contrato, afoga as



operadoras com decisões que têm causado um grave prejuízo e um desequilíbrio brutal ao cálculo atuarial das operadoras, exigindo que se dê tudo numa contrapartida mínima. Nós entendemos que a lei que nós votamos aqui, no Congresso Nacional, a lei que regulamenta os planos de saúde, é a lei específica da matéria. O que se diz aqui do Código de Defesa do Consumidor não é verdade, porque não é código, é uma Lei de Defesa do Consumidor que se aplica subsidiariamente, é que tem levado à constante crise da relação dos planos de saúde com o usuário. Não é a lei que nós votamos, não é a regulamentação da agência, é a Lei de Defesa do Consumidor, feita num tempo anterior, sem o debate que esta Comissão travou, sem a especificidade do debate que esta Comissão travou, é que vem levando a uma crise enorme ao setor, tanto no atendimento à saúde, como na relação usuário e empresa operadora. Sr. Presidente, eu insisto, para que nós possamos manter o equilíbrio da relação, que esse destaque deve ser aprovado. E pergunto ao Presidente novamente se é “sim” para acolher o destaque, é “sim” que eu devo encaminhar o voto, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Isso.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** - Então, eu gostaria de encaminhar o voto “sim”, para que nós pudéssemos tirar desse texto mais um ponto que agrava a relação do usuário com a empresa e dar força de novo àquelas pessoas que intervêm, numa relação muito clara, muito equilibrada, de bom senso, que nós vimos aqui colocadas na CPI, 1% apenas a crise, o conflito existindo entre os usuários e os planos de saúde. Mas há o Judiciário, que às vezes caminha por essa visão da Lei de Defesa do Consumidor, provocado pelo Ministério Público, que caminha pela defesa do consumidor, e tem levado a um grave conflito e a uma grave crise atuarial no sistema. Sr. Presidente, em nome do equilíbrio, eu encaminho “sim”, a favor do destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Com a palavra o Deputado Biscaia, para encaminhar a favor da manutenção do texto, contra o destaque.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** – Sr. Presidente, os óbices que são colocados à nova redação do art. 35 - G estão relacionados com a falta de técnica legislativa e, além disso, ao mérito. Quanto à técnica legislativa, não há nada



que a afete, porque o art. 197 da Constituição Federal, ele é referido apenas em sua parte inicial, e a repetição do dispositivo constitucional na legislação infraconstitucional não constitui nenhuma forma de violação de uma boa técnica legislativa. Eu cito como exemplo aqui o novo Código Civil. O novo Código Civil, em seu art. 1.596 — o eminente Deputado João Castelo foi Presidente da Comissão —, reproduz um dispositivo constitucional do art. 227, § 6º, ao dispor: “*Os filhos havidos ou não da relação do casamento ou por adoção terão os mesmos direitos e qualificações proibidas, quaisquer designações incriminatórias relativas à filiação*”. A legislação infraconstitucional reproduz, é o que está sendo feito aqui, de certa forma. Quanto ao mérito, eu também sustento a total pertinência do dispositivo, até porque ele se coaduna com o próprio art. 2º da Lei nº 8.080, de 90, que dispõe sobre condições para promoção, proteção, recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, dando outras providências. É inquestionável que o art. 197 consagra que todas as ações e serviços de saúde são de relevância pública. E, afinal de contas, essas questões quando, de alguma forma, as cláusulas contratuais provocam algum tipo de conflito, é o Poder Judiciário que vai, afinal de contas, dirimir esses conflitos. Isso é um preceito básico de natureza constitucional. Nós apenas estamos, com essa regra, explicitando que o serviço de saúde constitui um serviço de relevância pública e, como tal, legitima o Ministério Público para questionar certas questões. Por isso, Sr. Presidente, a posição é no sentido da manutenção da proposta do eminente Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Muito bem. Então, em votação. Os Deputados que aprovam a manutenção do texto e, portanto, são contrários ao destaque defendido...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – É, eu estou pedindo de um jeito aqui, não sei se eu invertei. Aqueles que... Os Deputados que querem a manutenção do texto e, portanto, são contrários ao destaque defendido pelo Deputado Roberto Jefferson, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado o destaque. Anuncio que está prejudicado o Destaque nº 14, Deputado José Linhares. Em votação o Destaque nº 2... O Destaque nº 2, da bancada do PTB, também está prejudicado...



**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Está prejudicado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** – Está prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Também está prejudicado, porque foi acolhido pelo Relator. Destaque nº 15, que eu vou ler, para dar conhecimento ao Plenário, que é assinado pelo Deputado Darcísio Perondi, que foi apresentado no momento final do período de apresentação de destaques, e, portanto, os Deputados ainda não têm cópia. Portanto, eu peço a atenção dos Srs. Deputados: *“Nos termos do Regimento Interno, requero destaque para votação em separado de parte da letra “m” do Item II — da letra “m” do Item II, da página 205 —, das recomendações contidas no relatório, cujo texto assim está disposto: Regulamentação do controle social em cada operadora, com instalação de conselhos gestores paritários, assembleias anuais com participação dos usuários e telefone 0800 para prestar informações e atendimentos aos usuários”*. Portanto, o destaque do Deputado Perondi é no sentido de suprimir esse parágrafo que eu acabo de ler.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Os 2 parágrafos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Só o parágrafo que eu acabo de ler. Eu repito: *“Regulamentação do controle social em cada operadora, com instalação de conselhos gestores paritários, assembleias anuais com participação dos usuários e telefone 0800 para prestar informações e atendimentos aos usuários”*. Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, para encaminhar, pela manutenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Pela manutenção, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, vamos votar uma lei nesta Casa — qualquer Deputado pode apresentar —, para ter controle social gestor em cima de um hotel, em cima de uma fábrica, da fábrica do Ermírio de Moraes. O que está sendo proposto aqui é conselho gestor dentro da iniciativa privada. Eu sempre defendi, defendo — e até não tenho os votos muito dos médicos da minha cidade porque defendo o SUS e defendo o controle social, sendo médico —, defendo o controle social. O cidadão pode opinar, pode reclamar, pode decidir.





Fui um dos ideólogos iniciais, na década de 80, dos Conselhos Municipais de Saúde, Deputado Jamil. O senhor seguramente, lá em São Paulo, reconhecia. Nós estávamos na mesma trincheira, 20 anos atrás, defendendo o controle social através dos Conselhos Municipais de Saúde. Agora, botar conselho gestor, isso é uma proposta ideológica, socialista, de intervenção. Lá no meu Estado houve tentativa de conselho gestor nos hospitais privados, comunitários, conveniados pelo SUS. Meu caro Deputado Arnaldo Faria, eu posso concordar pela instalação do telefone 0800...

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Deputado Darcísio.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Mas de forma nenhuma conselho gestor na iniciativa privada, só se for uma orientação do palácio do vice-rei, meu querido amigo, Chefe da Casa Civil, Deputado José Dirceu.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Deputado Darcísio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Só um minutinho.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Durante a discussão anterior, estava num dos parágrafos anteriores a este o controle social, que foi retirado de pronto, com a aquiescência do autor, que foi o Deputado Henrique Fontana. E esse aqui passou despercebido. Então, vamos retirar, porque está prejudicado em relação a ter retirado antes. Retirado.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Só mantém então o 0800?

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Mantém o 0800.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Mantém o 0800.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Não, essa questão do 0800 já está na central de atendimento.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Então, pode tirar o artigo todo?

**(Não identificado)** – Então, tira o artigo todo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Vencido mais este destaque, passamos ao próximo destaque...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Então, é acolhido o destaque pelo Relator, o Destaque nº 15. Só isso. Não é isso, Sr. Presidente?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Pois não, Deputado Arnaldo.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** – Não pode estar prejudicado, ele tem que acolher ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Não, não pode.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** – Ele tem que acolher.

**(Não identificado)** – Acolhido com a anuência do vice-rei.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** – Eu só seria pela manutenção... Regimentalmente, só tem uma saída: o Relator acolher o destaque.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Acolhido o destaque do Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Acolhido o destaque.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** – Para acolher o destaque, V.Exa. tem que colocar em votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Está bem.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Levanta a mão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** – Para acolher o destaque, V.Exa. tem que colocar em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Muito bem. Então, em votação o destaque. Aqueles que aprovam, por favor, manifestem-se. Pronto. Aprovado.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Primeira votação unânime.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Próximo destaque. Destaque nº 8, também do Deputado Darcísio Perondi. Então, é o destaque nº 8. Requer, nos termos do Regimento Interno, destaque de votação em separado do parágrafo único do art. 15 do projeto de lei proposto pelo Relator, parágrafo único que fala a respeito da variação de contraprestação pecuniária por idades, que no relatório que temos em mão está na página 223. E que diz o seguinte: *A variação das contraprestações pecuniárias entre a primeira e a última faixa etária não poderá ser superior a 300%* — conforme acolheu o Relator durante a discussão — , *observado o disposto no art. 15, § 3º, da lei tal, tal e tal.* O destaque do Deputado Perondi propõe a supressão desse parágrafo único.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Como esclarecimento, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Esclarecimento que a Mesa...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Fica mantido o texto do Deputado Walter Feldman.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - O texto do Deputado Walter Feldman já está incorporado. Agora nós estamos discutindo só esta questão aqui, se suprime ou não, em cima do texto alterado pelo que foi acolhido pelo Relator, de que não poderá ser superior a 300%, e não 100, como estava no primeiro relatório. E a palavra do Deputado Perondi é pela supressão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu quero encaminhar pela manutenção.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, mas eu acho que o senhor não pode ficar dependendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Eu gostaria de pedir, Deputado Arnaldo Faria de Sá, se me permitir, para defender essa proposta pela manutenção também.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Se V.Exa. largar a Presidência, pode fazer isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Evidente. Eu vou largar a Presidência, com certeza.

**(Não identificado)** - Então larga.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Vamos largar. Mas é só pedi porque o Deputado está pedindo inscrição.... O Deputado Perondi vai ter a palavra para encaminhar a favor do seu destaque supressivo. Eu convido o Deputado Arnaldo Faria de Sá a assumir a Presidência dos trabalhos, já que ele acolheu a minha inscrição, que fiz do lugar errado, para defender a manutenção do texto.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, eu cedo a primazia para V.Exa. O senhor é Presidente. Se o senhor quiser desenvolver, em primeiro lugar, a sua tese, eu lhe passo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Para poder argumentar em cima da sua argumentação.



**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Então está bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Quem fala primeiro é V.Exa., que é o autor do destaque. Ele fala posteriormente. Com a palavra V.Exa., Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Nós vamos votar uma lei — qualquer Deputado pode apresentar — obrigando todos os jovens que participam dos planos de saúde — nem jovens, talvez recém-nascidos; nasceram hoje e o pai quer fazer plano de saúde para o recém-nascido — a pagar um valor bem acima do que o pai desse jovem ou o pai desse recém-nascido pode pagar. Reduzir as faixas, sem estudo atuarial, é temerário. Eu desenvolvi essa tese na quinta-feira passada. Aqui, nesta sala, seguramente deve ter estudiosos de equilíbrio atuarial, com absoluta certeza, mas arrisco dizer que nenhum de nós, Deputados e Deputadas, conhece equilíbrio técnico atuarial. Eu estou vendo que o inteligente e compreensivo Deputado Ribamar concordou com a cabeça. A Agência Nacional de Saúde trabalhou e trouxe de 12 faixas para 6 faixas. E não foi fácil. Lá tem técnicos. Ouviu técnicos. Ouviu a câmara técnica. E veio de 12 para 6 faixas. Aqui nós estamos correndo o perigo de desequilibrar os planos de saúde das santas casas, e tem gente aqui que não gosta, e tem o perigo de nós desequilibrarmos os planos da iniciativa privada, que tem lei em cima dela que ela tem que obedecer, mas não desequilibrar o negócio. Se reduzir para o idoso — e já foi reduzido de 12 para 6, e se reduzir mais — e aumentar para o jovem, os pais... pode ficar o pai e a mãe ou o pai e a mãe vão pagar para o vovô e para a vovó, mas não vão pagar para os filhos. Ali estabelece um desequilíbrio. Aí não precisa ser entendido para entender isso. Os jovens vão fugir. Os jovens vão fugir se aumentar muito, porque os pais não vão pagar. Os recém-nascidos, os pais não vão pagar. Primeira infância, não vai pagar. E, do outro lado, desequilibra a escala. Aí entra o fenômeno que chamam de anti-seleção. O idoso vai pagar menos. Já está menos. Está caro para o idoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputado Perondi, um minuto para V.Exa. concluir.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Está caro para o idoso. Claro que está. É o rico que mantém, que tem planos, mas tem uma faixa que ainda faz. O idoso, se for nessa linha aí, diminuir o número de jovens desequilibra a escala, meu



caro. Aí, obrigatoriamente, ou fecha o plano ou vai aumentar. Se nós pudéssemos obrigar, meus caros Deputados, que todos os recém-nascidos, as crianças e os jovens ficassem nos planos de saúde das santas casas e das empresas privadas, aí poderia baixar. Eu poderia arriscar a dizer que podia baixar. Mais um minuto para concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Terminou o tempo de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Mais um minuto para concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Trinta segundos.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Mais um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Trinta segundos.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Aí, sim; mas nós vivemos numa economia de mercado livre. Ninguém pode obrigar. Então, nós não podemos desequilibrar, e vamos confiar na Agência Nacional, que por sinal vai mudar de comando em dezembro, e o Palácio do Planalto vai poder indicar. Os Deputados aqui poderão indicar até diretores e presidentes, para até reduzir, mas não nós, sem conhecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Terminou o tempo.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Bom senso, caldo de galinha e cautela realmente não fazem mal a ninguém, e eu aprendi nesta Casa. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Para encaminhar a favor da manutenção do texto, o Deputado Henrique Fontana, brilhante Presidente desta Comissão, com a palavra.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá. E eu dialogo aqui de forma muito respeitosa com aqueles que têm um argumento em contrário. Mas a minha primeira palavra é de que uma das questões fundamentais que a nossa CPI constituiu, percebeu, verificou dentro do sistema é que hoje nós temos um problema concreto. Qual é o problema concreto que nós temos hoje? Essa regra vigente está gerando uma distorção, que é a exclusão, por uma seleção negativa, de muitos idosos, que não suportam a elevação das mensalidades, coincidindo com o período em que, na sua faixa etária, está



diminuindo a renda. Então, esse é o problema real que tem o sistema. Aliás, a agência atuou no sentido de minimizar esse problema porque — é importante que se diga — antes também se dizia que as 12 vezes de diferença de preço entre o jovem e o idoso eram determinadas por uma questão atuarial. E na época se dizia: *Se essa questão atuarial de 12 vezes for quebrada, quebra o sistema*. E o sistema não quebrou. Por que o sistema não quebrou? Em primeiríssimo lugar, porque, se nós votarmos aqui... Eu estou pedindo o apoio dos Deputados porque eu acho que esse é um símbolo importante de um sinal que esta CPI quer dar a esse mercado, no sentido de torná-lo mais equilibrado, no sentido de torná-lo com a possibilidade de permanência, ao longo dos anos, de todos que entram jovens e que querem ficar nos planos de saúde quando chegar aos 50, 60 ou 70 anos. O que nós votarmos aqui estará valendo para os futuros planos de saúde. Ou seja, o mercado terá um tempo enorme de adaptação, porque os 36 milhões de usuários que hoje estão dentro do sistema estarão cobertos por contratos antigos. Agora, se nós concordamos que o jovem de hoje é o idoso de amanhã e que, mesmo que ele seja chamado, sim, a uma mensalidade um pouco mais alta, essa mensalidade signifique para ele a segurança de que ele não vai ser empurrado para fora do plano quando ele chegar aos 60 anos porque não consiga acompanhar o pagamento da mensalidade, isso é positivo para o sistema, isso dá equilíbrio, dá um sentimento de segurança para as pessoas de que, ao entrarem no plano, vão poder permanecer ao longo de toda a sua vida. Evidente que qualquer cálculo atuarial, Sras. e Srs. Deputados — eu concluo com isso —, pode ser feito. Nós podemos encontrar um equilíbrio com solidariedade entre gerações plena, podemos encontrar um equilíbrio com 2 vezes o preço, com 3, com 6 ou com 12...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Um minuto para terminar, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - ...porque, evidentemente, todo o custo do sistema será absorvido por todos os associados do sistema. O que nós queremos é retirar do sistema isso que eu chamo de uma deformação que traz perversidade ao sistema, que é a de que muitos idosos, exatamente no momento em que mais vão precisar de atendimento por não suportar a elevação da mensalidade, são colocados para fora do plano, muitas vezes depois de ter



contribuído por 20, 30 ou mais anos. Parece-me que esta mediação a que chegamos, com 300% em vez de 100, é um passo no sentido de procurar uma solidariedade maior entre gerações, o que, sem dúvida, será positivo.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputado Walter Feldman.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Sr. Presidente, em o Deputado Ribamar tendo incorporado no texto as sugestões que nós formulamos, 3 itens que formulamos no início da sessão, ficaria, na nossa avaliação, um texto duplo, em franca colisão, se essa matéria que foi introduzida pelo Relator fosse mantida no texto. Portanto, parece-me que, neste momento, só há uma possibilidade de nós evitarmos a colisão, que seria exatamente a aprovação deste destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputada Laura.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sr. Presidente, era exatamente para perguntar, quer dizer, na medida em que a gente...

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Como questão de ordem. A questão de ordem é se o parágrafo único não está prejudicado, tendo em vista a aprovação, por esta Comissão, das recomendações feitas pelo nobre Deputado Walter Feldman.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Me...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, só estou fazendo uma pergunta.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Só quero reler a sugestão apresentada pelo Deputado Walter Feldman.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Faço uma questão de ordem, que haveria colisão.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Aí eu também quero falar.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Só gostaria que fosse relido, fossem relidos os 3 itens introduzidos por sugestão do Deputado Walter Feldman, porque não há nenhuma colisão com aquilo que nós estamos votando neste momento. Tanto que aquilo foi introduzido no momento do relatório e não há nenhuma colisão que estamos votando agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Eu acho que...

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Há uma precisão.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Tanto que o destaque não foi prejudicado, exatamente porque não são de colisão os 2 assuntos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Eu vou... Antes de responder a questão de ordem, eu vou consultar o Relator para responder ao Plenário. (*Pausa*). Eu vou responder a questão de ordem, Deputada Laura Carneiro e Deputado Walter Feldman. As matérias são diferentes. Aquilo que propõe o Deputado Darcísio Perondi no seu destaque é diferente da sugestão do Deputado Walter Feldman, segundo consulta que fiz ao Relator. Em votação. Eu só queria chamar atenção dos senhores para um detalhe. Deputado Pinotti, Deputado Pinotti, dá licença. Não é... Não é coisa de paulista, está atrapalhando. Eu queria chamar a atenção do Plenário, na votação da matéria anterior, o Presidente colocou uma inversão. Na verdade, estou votando o destaque. Quem quiser suprimir o texto e votar com o Deputado Perondi, votará "sim"; quem quiser manter o texto, manter o texto do Relator, votará "não". Então, aqueles que quiserem votar com o destaque do Deputado Perondi, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.) Aprovado o destaque do Deputado Perondi, suprimido...

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Dá para ser nominal, Presidente, essa votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Infelizmente não, está dentro do interstício de 1 hora. Em votação do Destaque nº 4, de autoria do Deputado Rafael Guerra. Devolvo a Presidência ao Deputado Henrique Fontana.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Destaque nº 4, assinado... Retirado o Destaque nº 4. Destaque nº 10.





**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pela ordem, Deputado Tuma.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Sr. Presidente, o Destaque de nº 5 é igual ao Destaque de nº 4, que, na verdade, estão prejudicados a partir do momento...

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Tá, retiro também o destaque. Quatro e cinco está retirado, porque já foi atendido pelo Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Então, o destaque nº 5.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Foi prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Também retirado pelo autor. Vamos passar para o Destaque nº 10, assinado pela Deputada Laura Carneiro. É isso? Pela Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sr. Presidente, é simples o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Para encaminhar a favor a Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sr. Presidente, é simples, é a manutenção da ANS no Estado do Rio de Janeiro. Isso foi um acordo feito por todas as Lideranças desta Casa quando da votação da matéria. Temos aqui apoio do Deputado Biscaia e do Deputado Roberto Jefferson também do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro sofre o esvaziamento econômico histórico, temos sofrido isso ao longo do tempo com várias empresas. Da mesma maneira que a gente pode ter outras empresas funcionando, não faz nenhum sentido que a ANS nessa altura do campeonato saia do Rio de Janeiro. Essa é uma questão difícil em todas as Comissões, é uma questão fechada pela bancada do Rio de Janeiro de 46 Deputados e 3 Senadores. Então, pediria apoio dos meus colegas de partido e também de todos os Deputados nesta Comissão para aprovação do destaque. Não quer dizer não vá ser tratada, apenas é simples, é o item 4-A e aqui existe o apoio explícito da CPI para que seja concedido em caráter de urgência regimental a aprovação do projeto do Deputado José Roberto Arruda, do meu partido, que transfere para Brasília a ANS. A bancada do Rio é radicalmente contra, aí falamos



eu, o Deputado Biscaia e o Deputado Roberto Jefferson, todos contra isso. E não acho justo que essa CPI, que tem pelo menos 3 Deputados. Simples, é para manter a ANS no Rio de Janeiro. E não acho justo que essa CPI dê apoio explícito para urgência de um projeto, quando esse projeto é contra pelo menos 3 Deputados dessa Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - O Relator queria pedir a palavra.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Eu não entendi o seguinte, é uma questão de ordem, mas o relatório tem essa força toda de decidir?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - O relatório sugere...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Apoio explícito da CPI para que seja concedido caráter de urgência.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - É uma recomendação.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, é apoio explícito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - É recomendação.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Apoio explícito de uma comissão significa dizer que a gente está pedindo aos nossos Líderes, em outras palavras, que votemos urgentemente a matéria. Essa não, outras também. Apoio explícito é isso, Deputado Max Rosenmann.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Relator Ribamar Alves, para encaminhar contra o destaque.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Sr. Presidente, Sra. Deputada Laura Carneiro, quero justificar o porquê dessa sugestão, desse apoio explícito a trazer a ANS para Brasília. A ANS não foi criada no tempo do Império, a ANS não foi criada no tempo das Repúblicas anteriores à atual. Portanto, ela não pode fazer parte do patrimônio histórico do Rio de Janeiro. Ela tem apenas três anos de vida, e nesses três anos de vida ela precisa estar mais próxima do Poder Central, ela precisa estar mais próxima do Ministério da Saúde, ela precisa estar mais próxima do poder de decisão para poder funcionar melhor. Com isso, estamos evitando gastos excessivos com diárias, transportes e tudo mais. E todas as vezes que se tem de tomar alguma decisão, tem-se de recorrer a Brasília. Portanto, eu acho um absurdo as agências reguladoras e fiscalizadoras no Rio de Janeiro quando



poderiam estar em Brasília. E manifesto o meu apoio ao Rio de Janeiro em qualquer outra causa que seja para manter qualquer outra instituição, menos as agências reguladoras.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Muito bem. Então, feito o encaminhamento...

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Questão de ordem para V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** - Há três anos, houve um concurso público para os funcionários entrarem na agência no Rio de Janeiro. A transferência para o Rio é muito mais custosa do que um passeio que um maranhense especial faz àquela cidade para ver o Cristo Redentor, olhar aquelas praias, muito mais barato a gente receber um Relator maranhense lá, manda esticar um tapete vermelho no aeroporto do que trazer aquele povo todo que passou no concurso para Brasília. Por isso, nós insistimos, com todo o respeito ao nosso Relator, pela aprovação do destaque. Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Então, em votação. Os Deputados que votarem “sim” ao destaque concordam com a modificação do texto do relatório, que é a posição da Deputada Laura Carneiro, que é manter a agência no Rio de Janeiro. Os Deputados que votarem “não”, querem a manutenção do texto apresentado pelo Relator. Aqueles, então, que concordam com a modificação do texto permaneçam como se encontram.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Como os braços que se levantaram indicaram uma certa dúvida do Plenário, o Presidente vai repetir aqui a orientação. Aqueles que concordam com a modificação do texto permaneçam como se encontram; os contrários, se manifestem. *(Pausa.)* Aprovada a retirada do... Destaque nº 7, assinado pelo Deputado Dr. Pinotti. O Destaque nº 7 recomenda... retirar a recomendação nº 12 e parágrafos da página 245, contida na indicação a ser encaminhada ao Ministro da Saúde. Ele propõe, então, a supressão desse parágrafo. O parágrafo se refere às orientações no sentido do ressarcimento ao SUS



por parte dos planos de saúde. É o Destaque nº 7. Esta supressão é integral do § 12.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Exatamente, Sr. Presidente. Posso encaminhar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Dr. Pinotti.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - É muito simples, não quero julgar essa questão, acho até que a intenção de substituir o ressarcimento por uma taxa que vem da ineficiência da ANS de fazer o ressarcimento correto e completo, que é absolutamente irreal, ou seja, a ANS se demonstrou absolutamente incompetente e no mínimo incompetente para praticar o que está determinado na 9.656 e fazer o ressarcimento. Não só naquilo que ela decidiu fazer, mas até e principalmente no fato de que ela modificou a Lei 9.656, através de orientações próprias, não fazendo o ressarcimento de procedimentos de alto custo, procedimentos ambulatoriais e outros procedimentos. Substituir isso por uma taxa significa cometer um erro para justificar outro erro, porque é uma taxa vai simplesmente ... Sr. Presidente, Deputada .Laura, Deputada Laura Carneiro, nós ouvimos atentamente o seu hino de patriotismo ao Rio de Janeiro, eu peço que a senhora ouça com o mínimo de atenção a defesa que estamos fazendo do Sistema Público de Saúde.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Desculpa, Deputado, não precisa, eu vou ouvir V.Exa., mas não por isso, porque admiro V.Exa.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Obrigada, Deputada. Eu dizia o seguinte, que substituir o ressarcimento por uma taxa tem um significado muito perigoso, que é dar aos planos de saúde uma liberdade total para usarem o sistema público de saúde mediante o pagamento de uma taxa. E isso não pode ser feito, é uma coisa extremamente perigosa, significa, no meu entender, o uso predatório do sistema público de saúde. Essa é a razão pela qual eu estou solicitando essa supressão, essa emenda supressiva sem qualquer crítica a quem a fez, porque acho que quem a fez, fê-la com a melhor das boas intenções, ou seja, querendo que haja algum recurso a mais para o sistema público. Mas o que se deve fazer para isso acontecer é obrigar a ANS a...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Só um minutinho, Deputado Pinotti, eu vou lhe devolver a palavra. Quero pedir aqui aos Deputados e



Deputadas para a gente manter o silêncio, para ouvir a argumentação do Deputado Pinotti, depois vai falar o nosso Relator. Deputado Pinotti.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Eu acho que eu já fui suficientemente claro, Sr. Presidente. A supressão tem por objetivo, não é, evitar uma “predação” do sistema público pelo sistema privado. A solução desse problema não é a cobrança de uma taxa, mas a exigência da ANS de cumprir a sua função e praticar, com lisura, a 9.656, aprovada por esta Casa.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Só para um esclarecimento, Presidente. O senhor está pedindo a retirada de todo o Item 12 ou só do que fala da criação da taxa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Não, não, não. Esses... eu já esclareço aqui, o Presidente esclarece. Nós temos, por obrigação regimental, sempre a obrigação de votar o destaque supressivo mais amplo primeiro. Tem o destaque supressivo menor, que é o do Deputado Jamil Murad. Esse destaque supressivo do Deputado Pinotti retira todo o Item 12, tudo, inclusive os parágrafos, tudo aquilo que fala a respeito do ressarcimento. Com a palavra o Relator, Ribamar Alves, para defender o relatório.

**(Não identificado)** - E o 12?

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Só um esclarecimento, Sr. Presidente. Só um esclarecimento. É o seguinte: o destaque supressivo do Deputado Jamil Murad, ele é, ao mesmo tempo, menos amplo e mais amplo, porque ele atinge também as recomendações gerais da Comissão. Ele não fica só no Item 12 da recomendação ao Executivo. De maneira que eu não tenho nada contra o destaque supressivo do Deputado Jamil Murad, até o apóio, acho, penso até, que o destaque supressivo do Deputado Jamil Murad chega a ser mais amplo do que o meu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Então, com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Vamos pedir a atenção dos nossos colegas, Deputados e Deputadas, para que nós possamos acompanhar a argumentação em torno da votação desse destaque.



**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - O Item 12 a que se refere o DVS do Deputado Dr. Pinotti ele é bem claro logo no seu início, quando ele diz: *“Desenvolver estudos para novo tratamento legal do disposto no Art. 32, que estabelece o ressarcimento ao SUS”*.

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - Sr. Presidente, eu estou com dificuldade de ouvir o nobre Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Concordo plenamente com V.Exa. e faço um apelo a todos que estão no nosso plenário, um apelo ao silêncio.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - O Item 12, que é motivo do DVS do Deputado Dr. Pinotti, ele, já no seu início, ele é bem claro: *“Desenvolver estudos para novo tratamento legal do disposto no Art. 32, que fala sobre o ressarcimento ao SUS pelas operadoras de planos de saúde”*. Todos nós que participamos desta CPI fomos testemunhas de que existem milhões de reais cobrados e negados pelas operadoras, e a briga na Justiça, que vai demandar 5, 10,15, 20 anos, pelos recursos que a própria lei dá a quem questiona. O que nós propomos? Apenas o estudo. Aqui não tem nada concreto. Vai-se estudar. E aí se proporá, através de projeto de lei, para ser discutido nesta Casa se se muda ou não o que está aí. A sugestão que nós temos encaminhado aqui é que haja uma cobrança, através de uma, não diria uma taxa, mas um percentual xis, para que o SUS possa ter nos seus cofres milhões de reais por mês, que vai ajudar a manutenção de vários e vários hospitais e atendimentos pelos postos espalhados pelo País. Mas como coibir, então, que as operadoras, uma vez pagando essa taxa, se achem no direito de remeter para o SUS todos os seus atendimentos? Hoje a ANS, juntamente com o Ministério da Saúde, fazem um cruzamento de dados das AIHs que são remetidas para processamento DATASUS e o cadastramento dos usuários pelas prestadoras pela ANS. Esse critério continuará a persistir, haverá vigilância, e as operadoras que estiverem exorbitando serão chamadas para se explicar e poder — aí, sim — ser cobrada uma taxa. Poderia ser através de AIH especial, como propôs o Dr. Pinotti, ou através dessa tabela TUNEP como é feita hoje. Mas, enquanto isso, o SUS, está entrando no seu caixa milhões de reais por mês para suprir suas necessidades. E as outras questões, com certeza, que virão para a Justiça, porque eles vão questionar,



é um direito legal que todos têm. Portanto, eu peço que mantenhamos este parágrafo, porque apenas sugere estudos, desenvolver estudos. E, depois, quando a lei vier para cá, aí sim, nós vamos saber se vai ser mandado pelo Executivo ou por algum Deputado. Eu quero adiantar que já estou, inclusive, fazendo um projeto de lei sobre isso. Já tive a anuência da ANS. Já estive com o Ministro Humberto Costa. Já estive com o Dr. Fausto. Todos gostaram muito do projeto. Eu tenho certeza de que será apreciado a contento por esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Srs. Deputados e Deputadas, aqueles que votarem “sim” vão manter o texto do Relator e os que votarem... Não, os que votarem “sim” vão concordar com a modificação do texto, portanto concordando com o destaque do Deputado Pinotti, e quem votar “não” concorda com a manutenção do texto. Aqueles que concordam com a modificação do texto, ou seja, concordam com o destaque do Deputado Pinotti, permaneçam como se encontram; os demais se manifestem. *(Pausa.)* Rejeitado o destaque. Destaque nº 9, do Deputado Jamil Murad. É um destaque que trabalha na mesma questão, mas ele é menor — e o Deputado Jamil vai certamente explicar aqui — , porque ele propõe a supressão de um só parágrafo.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Por favor, quero pedir que cada um que apresentou a sua emenda a defenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Não, Deputado Max, quero pedir a compreensão de V.Exa. Se me permite, o que o Presidente está procurando fazer é garantir o máximo de esclarecimento possível aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Se a maioria interpretar que as minhas palavras estão sendo de defesa...

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Não, não; vamos embora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Jamil Murad com a palavra, para defender a posição a favor do destaque.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a taxa de ressarcimento ao SUS vem como uma proposta para suprir uma deficiência, uma incapacidade do Poder Público de fazer cumprir uma lei do ressarcimento, uma lei



que já existe. Agora, no meu entendimento, na minha interpretação, ela abre caminho para um convênio geral entre os planos de saúde e os hospitais públicos. Os planos de saúde, ao pagar uma taxa, vão dizer: “*Os meus hospitais são: INCOR, Hospital das Clínicas, Hospital da UNICAMP, Hospital da UNESP, hospital...*” Quer dizer, vai liberar, porque exatamente eles estão pagando essa taxa, como ressarcimento ao SUS, para utilizar esses hospitais. E assim por diante: Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto etc. Bom, no meu entendimento, não atende nem os hospitais universitários, porque o dinheiro, a taxa, ao ir para o Fundo Nacional de Saúde, ele não é dirigido ao INCOR, ao Hospital das Clínicas, ao Hospital da UNICAMP etc. Portanto, ele fortalece a dupla porta, ele fortalece o privilégio aos planos de saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Para concluir, Deputado Jamil.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Concluindo. Eu constatei na CPI que os planos de saúde abusam mais da sociedade brasileira do que eu imaginava no começo dos trabalhos desta CPI. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Ribamar, pedindo agilidade o Presidente. Temos mais 2 destaques só para concluir a votação.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, só quero enfatizar que essa taxa funciona como um adiantamento. Em momento algum o SUS deixará de ser ressarcido pelo uso dos hospitais públicos; funcionaria apenas como adiantamento. Haverá fiscalização para aqueles que estiverem exorbitando. Os que estiverem exorbitando, eles o advertirão para constatação junto à ANS, junto ao Ministério da Saúde.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - É contra ou a favor?

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Contra o destaque.

**O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE** - Sr. Presidente, eu posso fazer uma declaração de voto, quando for votar, por favor, acerca desse destaque? Eu queria fazer uma declaração de voto acerca desse destaque. Eu gostaria de dizer o seguinte: não me assusta o miado de onça que é estabelecer uma taxa como se essa taxa fosse servir como uma panacéia. Realmente, ela pode ser interpretada assim. Mas eu estou vendo que o Ribamar está desenvolvendo um projeto nessa





direção, eu ouvi do Dr. Pinotti os bilhões que a ANS deveria ter recebido como ressarcimento. Então, eu acho que nós podíamos tirar a partir daqui, para desenvolver na Comissão de Seguridade Social nós desenvolvermos uma alternativa para resolver esse problema, e não ficarmos com medo de estabelecer, suprimir tudo, tem coisas interessantes no item, nós suprimimos, não dá para colocar ou para alterar, colocar outra coisa. E como.... o relatório é uma mera sugestão. Então, a minha proposta é a seguinte: quem tá preocupado com essa questão, que é realmente volumosa, importante, que nós desenvolvamos um estudo no sentido de resolver essa questão *a posteriori*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Então, os Deputados que concordam...

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Só um pouquinho. Eu vou encaminhar a votação, porque nós estamos correndo contra o tempo.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Mas é uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Eu sei, eu sempre atendo todas as questões de ordem. Eu só quero ser mais rigoroso um pouco a compreensão dos colegas...

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - O Relator disse que tem uma palavra dele de que isso é um adiantamento, mas o adiantamento não está escrito em momento nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Mas aí nós estamos defendendo coisa. Está claro.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Sr. Presidente, eu vou encaminhar um voto em separado. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Está claro. Bom, então aqueles que concordam com a modificação do texto, ou seja, concordam com o destaque apresentado pelo Deputado Jamil, vão votar "sim", e aqueles que querem a manutenção do texto vão votar "não", portanto, aqueles que concordam com o destaque, ou seja, com a modificação do texto, permaneçam como se encontram. Os demais se manifestem. (*Pausa.*) Rejeitado o destaque.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Estou ouvindo V.Exa. pela ordem enquanto encaminho o destaque nº 6.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Sr. Presidente, o Regimento Interno, quando se trata de requerimento de destaque simples, ele tem que ser votado a admissibilidade do destaque e depois o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Verdade.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu não estou aqui querendo criar nenhum problema para V.Exa. Mas nós podemos correr o risco amanhã de alguém interpelar a votação, e nós não temos mais prazo para votar. Então, V.Exa. poderia votar um requerimento... V.Exa. poderia fazer um requerimento de votação em globo da admissibilidade dos destaques, para que não tenha problema, só para nós não corremos aqui o risco de amanhã sermos mal interpretado por uma falha grave que a assessoria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Então, eu coloco em votação a admissibilidade do destaque do Deputado Jamil Murad. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Item nº 6.

**O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE** - Presidente, já que houve essa exceção, eu sugiro que você, globalmente, Presidente...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Refaz a votação.

**O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE** - Presidente, eu sugiro que V.Exa. coloque, então, a admissibilidade numa situação de globalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - É que eu fui orientado pela nossa secretária, que tem o conhecimento regimental pleno, de que só esse tinha problema.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Esse é o único destaque simples. Refaz a votação do destaque, Sr. Presidente, como sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Então, em votação o destaque novamente. Em votação o destaque do Deputado Jamil Murad. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. *(Pausa.)* Rejeitado. Destaque nº 6.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Pela ordem, Sr. Presidente. Uma questão de ordem, só para compreender.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - O Presidente concede, sentindo o drama que as questões de ordem são realmente...

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - É só uma dúvida. Nós votamos um texto aprovado aí durante todo o dia pelo Deputado Ribamar Alves, que colocava a possibilidade de um desenvolvimento de estudos sobre a questão, entre aspas, da “dupla porta”.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Está mantido.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Eu sei. A dúvida em relação ao destaque número 6 é que já não estaria por princípio a retirada da urgência desse projeto, na medida em que ...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Prejudicado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É verdade, tem razão.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - ... nós próprios já definimos que precisa de um estudo mais aprimorado. Não é uma colisão novamente entre a decisão do texto...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É recorrente.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - ... e a sugestão de uma urgência para o Deputado Pinotti?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Se o relatório foi prejudicado, aquele que se prosseguir também estará prejudicado.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - É essa dúvida, Deputado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Sr. Presidente, vamos voltar ao começo da coisa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Não, Deputado Pinotti, eu vou... É uma questão de ordem feita pelo Walter Feldman, eu preciso ouvir o Relator porque o Presidente evidentemente pretende colocar em votação e o entendimento desta Presidência é que não está prejudicado o destaque. Devemos votar o destaque. Vamos votar o destaque.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - A opinião do Relator é essa de que portanto...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Acabou de me confirmar aqui.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - A letra “c” é exatamente igual, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - O destaque propõe a supressão da letra “c” localizada na página 212 do relatório do nobre Relator Dr. Ribamar Alves, onde se sugere a urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 830, do ilustre Deputado Dr. Pinotti, que dispõe sobre o atendimento nos hospitais públicos da rede SUS, e assim por diante. O destaque é para suprimir todo item “c”. Aqueles então que...

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Quero encaminhar contrariamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Então para encaminhar contrariamente, Deputado Dr. Pinotti. Se tem alguém que queira encaminhar a favor deve ser o primeiro a falar. Deputado Walter Feldman, então. Tanto faz, é um para falar a favor. Walter Feldman para encaminhar 2 minutos com a compreensão de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Só para reiterar a nossa posição em relação a essa matéria, eu tenho um enorme apreço pelo Deputado Dr. Pinotti, ele sabe disso, e nós já discutimos em outro item o desenvolvimento de estudos de maneira muito mais sensata, muito mais tranqüila e talvez em um prazo maior para que hoje eventuais conflitos existentes em hospitais universitários pudessem ser resolvidos sem a obrigatoriedade de uma lei impositiva. Eu entendo a visão doutrinária do Deputado Dr. Pinotti, mas a aprovação de um requerimento de urgência para esse projeto, com essas características, na nossa avaliação é contrário ao texto que foi aprovado pelo Relator Dr. Ribamar Alves. Portanto, a nossa sugestão é pela aprovação desse destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Dr. Pinotti.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Bom, eu lamento, Sr. Presidente, porque estou vendo que a vontade da Casa é que exista a segunda porta. Eu vou me manifestar contrariamente a isso sempre por uma questão de princípios, por uma questão de defesa dos doentes pobres do SUS que são prejudicados por isso, por uma questão de alternativas claras que podem existir para suprir os hospitais.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Deputado Dr. Pinotti, em nenhuma parte do relatório tem segunda porta, em nenhuma parte do relatório eu falei em segunda porta. V.Exa. que está querendo estigmatizar essa conotação.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Eu não estou querendo estigmatizar coisa nenhuma! Nós estamos votando a segunda porta, eu estou tratando da segunda porta, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu quero todas as portas da saúde abertas para a população.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Eu não entendi o que o senhor falou.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu quero todas as portas da saúde abertas para a população.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Bom, se é para falar com ironias, se é para falar com ironias nós podemos falar com ironias. Eu quero convidar os Deputados desta Casa para juntos comigo, eu queria que me ouvissem, quero convidar os Deputados desta Casa que tiverem coragem de ir junto comigo verificarem o que significa a segunda porta, verificarem quais são...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Coragem? Coragem! V.Exa. tem e não falta a ninguém nesta Casa não.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** -...quais são as dependências. Se o Deputado Arnaldo Faria de Sá quer um aparte eu dou a ele.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - V.Exa. insinuou que falta coragem às pessoas que não tem a mesma postura de V.Exa. V.Exa. é um grande médico mas respeito a sua posição. Respeite a nossa.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Não, eu estou convidando...Tudo bem. Então V.Exa. tem coragem e está convidado e todos aqueles que tiverem a mesma coragem do senhor estão convidados também.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Um aparte, Deputado Pinotti.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Aqui não são as portas abertas para todo mundo, não. A segunda porta é a porta aberta para os que têm plano de saúde e fechada para os doentes do SUS, para o pobre, é isso que está aí.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Exatamente, exatamente.



**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pode marcar pela tabela do SUS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - A palavra ao Dr. Pinotti para concluir em 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - É essa discussão que a meu ver tem urgência e que se quer impedir que ela seja urgentemente resolvida. Enquanto se impede a urgência dessa discussão morrem pessoas na porta dos hospitais públicos por falta de atendimento. Se é isso que esta Casa quer, votem pelo fim da urgência. Eu votarei sempre a favor do usuário pobre do SUS.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Eu vou conceder aqui, numa clara composição regimental, vou conceder a palavra por 1 minuto ao Deputado Rafael Guerra, que tem um acúmulo importante nessa discussão, sem deixar de dar a oportunidade, evidentemente, de conclusão depois ao Deputado Dr. Pinotti, que certamente vai contra-argumentar no seu argumento. Deputado Guerra. Não, Deputado Tuma...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - É uma questão de ordem. Ele era autor e tinha preferência na discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Tuma, se eu for seguir o Regimento, nós ouvimos dois Deputados, um contra; outro a favor, e terminou. Como eu não quero bloquear uma discussão que eu sei que é apaixonante, eu inclusive gostaria de estar aí para poder argumentar nesse momento.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Por isso, não, vem para cá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Mas agora não vou porque não há mais tempo regimental.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Vem para cá, vem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Eu não posso quebrar o Regimento agora. Então, nós vamos devolver a palavra ao Deputado Guerra, um minuto, e depois ao Deputado Pinotti. Deputado Guerra, um minuto.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** - Experimenta, Presidente.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Presidente, talvez nem precise de um minuto, o Deputado Walter Feldman já fez a defesa do destaque, nós assinamos



juntos. Eu só queria me manifestar no sentido de que o termo dupla porta, considero um termo pejorativo, e eu não aceito que eu seja acusado de ser defensor da dupla porta. Eu sou defensor da ética no atendimento, da equidade. Só que, dentro do que nós já aprovamos anteriormente, eu não acho que devemos discutir isso em regime de urgência. Eu tenho opiniões a esse respeito que eu defendo há 3, 4 anos. Então, não precisa ser agora em 30 dias que precisa tomar uma decisão. Só isso que eu queria registrar, quer dizer, não posso aceitar que seja isso. Defendo a equidade, defendo a igualdade, não concordo com o termo dupla porta porque ele é pejorativo e só estou pedindo prazo para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Dr. Pinotti, um minuto rigoroso.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Não, nem preciso de um minuto, acho que o Deputado Guerra e eu concordamos plenamente em relação à equidade, e a segunda porta acaba com a equidade. Por isso é que eu sou contra a segunda porta. A única pequena diferença, que para mim não é pequena, que nós deveremos acabar com essa iniquidade de uma maneira urgente, mas isso é uma questão menor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Então, em votação. Esclareço que os Deputados que votarem “sim” ao destaque concordam com a modificação do relatório, ou seja, retiram o pedido de urgência solicitado pelo Relator, atendendo, incluindo o projeto do Deputado Nardes. Os que votarem “não” querem a manutenção do texto apresentado pelo Relator. Portanto, aqueles que concordam com a modificação do texto, ou seja, com o destaque, permaneçam como se encontram, os que pretendem manter levantem o braço. *(Pausa.)* Rejeitado o destaque.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, ao contrário.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Sr. Presidente, é exatamente o contrário.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Aprovado o destaque.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Verificação de votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Vou repetir a votação porque não temos aqui nenhum interesse. Não temos nenhum interesse aqui em qualquer...

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Houve uma confusão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Isso. Então, eu vou dizer: aqueles que concordam com a modificação do texto, ou seja, com o destaque, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Os outros se manifestem. *(Pausa.)* Aprovado o destaque.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Presidente, uma questão de ordem. Trinta segundos.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Presidente, desculpe, não foi o que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Não, o senhor pode pedir verificação de votação, o problema é que quem está aqui, olha o plenário e evidentemente...

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Não, não foi essa a questão que levantei. É que entenderam errada a forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Exatamente, então, o Presidente vai ler.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Sr. Presidente, já há uma hora da votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Já há uma hora. Vou fazer a verificação rapidamente, rapidamente.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Sr. Presidente, repete a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Vou fazer a verificação rapidamente para não perdermos tempo. Então, aqueles que votarem "sim" são a favor do destaque, portanto, querem retirar do texto essa questão, retirar a urgência. Os que votarem "não" querem a manutenção do relatório e portanto a manutenção da urgência desse projeto do Deputado Dr. Pinotti. Deputado Antonio Carlos Biscaia?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Não.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Arlindo Chinaglia. (Pausa.) Dr. Rosinha (Pausa.) Henrique Fontana, não. Júlio Cesar. (Pausa.) Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Robson Tuma (Pausa.) Luiz Bittencourt.

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - Sr. Presidente, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana)- Max Rosenmann.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Luiz Bittencourt, “não”. Saraiva Felipe.

**O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Max Rosenmann, “sim”, está registrado. João Castelo. (Pausa.) Sebastião Madeira. (Pausa.) Yeda Crusius. (Pausa.) Dr. Benedito Dias. (Pausa.) Nelson Meurer.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Roberto Jefferson.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Silas Câmara. (Pausa.) Bispo Wanderval.

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Maurício Rabelo.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RABELO** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Dr. Ribamar Alves. (Pausa.) Colbert Martins. (Pausa.) Mário Heringer. (Pausa.) Jandira Feghali. (Pausa.) Elimar Máximo Damasceno.

**O SR. DEPUTADO ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - João Grandão. (Pausa.) Roberto Gouveia. (Pausa.) Dr. Pinotti.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Aqui foi tudo. Rafael Guerra. (Pausa.) Walter Feldman. (Pausa.) José Linhares. (Pausa.) Wagner Lago.



(Pausa.) Enivaldo Ribeiro. (Pausa.) Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.) Geraldo Resende. (Pausa.) Jamil Murad. (Pausa.) Votaram “sim” 14; votaram “não” 8. Está aprovado o Destaque nº 6. Aprovado. Vamos à última votação. É isso ou tem mais uma depois? Destaque nº 12, Destaque para Votação em Separado apresentado pelo Deputado José Linhares, na página 212 e 213, Deputado José Linhares: “propõe a supressão do item “d” do nosso relatório. Destaque nº 12. O item “d”, página 212 e 213, item “d” O Destaque nº 12 do Deputado José Linhares propõe a supressão do pedido de urgência para um Projeto de Lei nº 1.603, de autoria do Deputado Mário Heringer. Com a palavra o autor do destaque, Deputado José Linhares, por 2 minutos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Sr. Presidente, é muito simples a nossa objeção a este destaque. Nós sabemos que nós temos uma grande polêmica atualmente entre os contratos antigos e os contratos novos. E nós sabemos que todos as vezes que vai para a Justiça, os contratos antigos que têm várias restrições, então, nessa hora em que muitas vezes as pessoas tem que descredenciar porque estão querendo a pessoa se louvar no contrato antigo, então, imediatamente a própria Justiça dá ganho de causa, embora os valores não sejam compensatórios. É essa a razão porque somos contrários.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Mário Heringer para defender a manutenção do texto.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Bem, a gente chegou ao final da CPI, é o último destaque a ser votado. Entendo o seguinte, esse projeto de lei não tem nada a ver com o contrato novo e com o contrato antigo. Isso é um equívoco que o nosso Deputado José Linhares está cometendo. Nesse projeto ele contempla o plantão 24 horas para liberação de atendimentos fazendo contraponto à proibição do cheque caução. Ele contempla a uniformização dos formulários onde a gente vai poder trabalhar a epidemiologia desses 35 milhões de brasileiros que ninguém sabe por onde andam. Ele contempla o descredenciamento indiscriminado, que é o mecanismo de pressão para submissão financeira que os planos de saúde fazem sobre os seus credenciados. E além disso, ele cria o credenciamento universal criterioso que abre espaço, aumenta a opção de escolha pelos usuários. E além disso, diminui a exclusão profissional de médicos e outros profissionais liberais. Então, é por isso que estou colocando como muito importante a rejeição desse DVS,



porque esse DVS derruba grande parte do nosso trabalho executado nesse período todo com muito carinho, com muito capricho, sem partidarismos e que vai modificar com certeza o relacionamento entre operadoras e prestadores. Então, eu gostaria que os senhores tivessem atenção para o que eu estou dizendo. O Padre José Linhares não está neste momento defendendo uma causa justa, e nós precisamos de votar a favor disso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Eu não concordo com o nobre Presidente porque ele pensa que eu estou defendendo uma causa injusta, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Muito bem, isso aí é normal na democracia, às vezes a gente acha que a posição do outro é justa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Então, essa é a posição dele. Então, essa é a nossa posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Ressalvadas as duas posições democraticamente expressas, a do Deputado José Linhares é pela supressão desse item. Portanto, aqueles que votarem “sim” vão estar retirando do relatório esse item. Os que votarem “não” vão manter a íntegra do relatório nesse item. Aqueles que votam “sim”, portanto pela retirada, por favor, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado o destaque. O Destaque nº 13 está prejudicado pela aprovação do Destaque nº 1.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, na anterior, aprovado o destaque, suprimido o texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Aprovado o destaque, suprimido o texto e eu só solicito aqui aos Deputados a gentileza, terminada a votação dos destaques, a gentileza se nós podemos dispensar os 10 minutos de interstício para preparação da ata da reunião de hoje.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Vamos lá, autorizado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Se podemos dispensar, em votação a ata da reunião de hoje. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada e concluída a nossa CPI e o relatório. *(Palmas.)* Eu agradeço mais uma vez a todos, dizendo que vamos comunicar em breve o local onde faremos uma confraternização. Estamos marcando uma audiência com o



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**COM REDAÇÃO FINAL**

**Nome: CPI - Planos de Saúde**

**CPI - Planos de Saúde**

**Número: 2059/03**

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

**Data: 25/11/03**

Ministro da Saúde para entregar o resultado do nosso relatório. Boa-tarde a todos e a todas.